

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LUCINELI PIKCIUS BEZERRA DE SIQUEIRA

FEMINISMO EM REDE NO SÉCULO XXI: ARTICULAÇÕES DA MARCHA MUNDIAL DAS
MULHERES NO BRASIL

CURITIBA
2016

LUCINELI PIKCIUS BEZERRA DE SIQUEIRA

FEMINISMO EM REDE NO SÉCULO XXI: ARTICULAÇÕES DA MARCHA MUNDIAL DAS
MULHERES NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção
do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-
graduação em Ciência Política, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof^o. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

CURITIBA
2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Siqueira, Lucineli Pikcius Bezerra de
Feminismo em rede no século XXI: Articulações da Marcha
Mundial das Mulheres no Brasil / Lucineli Pikcius Bezerra de Siqueira
– Curitiba, 2015.
86 f.; 29 cm.

Orientador: Rodrigo Rossi Horochovski
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Mulheres - Movimentos sociais. 2 Marcha Mundial das
Mulheres. 3. Feminismo - Brasil. 4. Redes sociais on-line. I. Título.

CDD 305.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA
Código CAPES: 40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

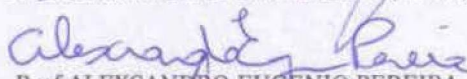
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUCINELI PIKCIUS BEZERRA DE SIQUEIRA**, intitulada: "**Feminismo em rede no século XXI: Articulações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

aprovação.

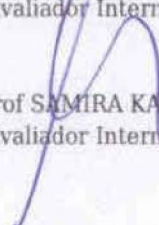
Curitiba, 29 de Junho de 2016.



Prof RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



Prof ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA
Avaliador Interno (UFPR)



Prof SAMIRA KAUCHAKJE
Avaliador Interno (UFPR)

Dedico este trabalho a todas as mulheres do planeta.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é difícil, difícil é selecionar quem merece esse agradecimento. Meu sentimento de agradecimento não tem critérios, exceto um: as e os que, de alguma forma, passaram pela minha vida, cruzaram meu caminho, e contribuíram na construção do meu ser social. Sem cada uma dessas pessoas, eu não seria eu, e portanto, essa pesquisa não existiria.

Alguns agradecimentos são pontuais, às pessoas que ajudaram especificamente neste momento da minha vida. Aos professores, Rodrigo Horochovski, que mesmo sem saber acalmou um coração aflito, orientando o desenho metodológico da construção empírica deste trabalho. Ao professor José Szwako, que acompanhou meu trabalho nas etapas iniciais e me apresentou obras de autoras feministas que transformaram minha maneira de compreender as relações políticas. Ao Cristiano Pedro, por ter sido parceiro nesse período de redação do trabalho. Agradeço às mulheres da minha vida, minha mãe Lúcia, minha eterna sogra Vânia, minha amiga Lívia pelos longos papos sobre nós mulheres, e as minhas amigas Bruna e Fabiane, pela amizade durante o curso de mestrado.

Epígrafe

A história das relações e lutas políticas se constitui em narrativas, construídas a partir de perspectivas e uma posições diversas. As mulheres foram, por longos séculos, excluídas como narradoras e como protagonistas. A importância deste estudo ultrapassa as barreiras da institucionalidade e das tarefas a serem cumpridas num curso de mestrado. Nosso objetivo é registrar um pouco da história de luta das mulheres brasileiras, como nos organizamos, nos conectamos, qual o sentido das lutas feministas. Registrar na história nossa capacidade de narrar e protagonizar, cravando perspectivas no rol da ciência.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar as conexões da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) com associações civis no Brasil, e compreender a função que este movimento tem na composição do movimento feminista brasileiro. Partimos de dois pressupostos a respeito dos movimentos sociais, e mais especificamente dos movimentos feministas. O primeiro é de que há uma relação de codeterminação entre Estado e Sociedade Civil, pois ações governamentais influem nas ações movimentistas e vice-versa, nesse sentido as ações do Estado não são autônomas, mas representam um *continuum* das relações sociais entre pares. O segundo pressuposto é que as formações de redes de movimentos sociais contestatórios e contra-hegemônicos a nível global favorece ou radicaliza a democracia, pois reivindicações por políticas de igualdade e justiça se estendem do local para o internacional. Nossa hipótese é que a MMM Brasil cumpre uma função articuladora, no interior de uma rede de conexões de projetos políticos a nível global, prevista em seu projeto político, e se encaixa nos dois pressupostos apresentados. Para testar nossa hipótese realizamos duas etapas de pesquisa, a primeira de caráter exploratório, utilizando teorias e análises históricas e conjunturais para investigar nosso problema; e uma segunda etapa empírica, voltada às fontes secundárias, às vozes da MMM Brasil e utilização do método de análise de redes sociais com a finalidade de identificar uma rede básica de relações desse movimento. Identificamos as organizações que compõe uma estrutura de relações com a MMM no Brasil e categorizamos essas relações. A partir dos dados qualitativos e dos gráficos gerados pelo software Gephi, concluímos que a MMM articula associações civis plurais, a partir de um mínimo determinador comum expresso nas categorias de classe, gênero e raça. Essa articulação gera uma troca entre o local e o global, empoderando as entidades conectadas das teses feministas. Portanto, a MMM representa um marco na história do feminismo no Brasil, pois o coloca em rede global e interseccionada, num modelo de associativismo crítico ao capitalismo, mas que abrange interesses, opiniões e perspectivas plurais.

Palavras-chave: Movimento Feminista, Marcha Mundial das Mulheres, Redes de Movimentos Sociais, Feminismo em Rede.

ABSTRACT

The aim of this research is to investigate the connections of the World March of Women (WMW) with civil associations in Brazil, and to understand the function of this movement in the composition of the Brazilian feminist movement. The starting point is two assumptions about social movements, and more specifically feminist movements. The first is that there is a relationship of codetermination between State and Civil Society, because actions of the government influence the movements and vice versa. In this sense, the actions of the State are not autonomous, but represent a continuum of social relations between peers. The second assumption is that the formation of networks of contestatory and counter-hegemonic social movements at a global level favors or radicalizes democracy, since claims for policies of equality and justice extend from the local to the international. Our hypothesis is that WMW Brazil fulfills an articulating function within a network of connections of political projects at a global level, foreseen in its political project, and fits in both assumptions presented. To test our hypothesis we performed two research steps, the first one was exploratory, using theories and conjunctural and historical analyzes to investigate our problem; and a second empirical step, directed to secondary sources, to the voices of WMW Brazil and using the method of analysis of social networks with the purpose of identifying a basic network of relations of this movement. We identified the organizations that make up a structure of relations with the WMW in Brazil and categorized these relationships. From the qualitative data and graphs generated by the software Gephi, we conclude that the WMW articulates plural civil associations, based on a common minimum determinant expressed in the categories of class, gender and race. This articulation generates an exchange between the local and the global, empowering the connected entities of the feminist theses. Therefore, the WMW represents a milestone in the history of feminism in Brazil, as it places it in a global and intersected network, in a model of associationism critical of capitalism, but which embraces plural interests, opinions and perspectives.

Keywords: Feminist Movement, World March of Women, Networks of Social Movements, Feminism in Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. GEORREFERENCIAMENTO DA REDE DA MMM NO BRASIL.....	P. 65
FIGURA 2. REDE SOCIAL DA MMM.....	P.69

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. CLIVAGENS DA MMM E PROJETOS POLÍTICOS.....	P. 50
QUADRO 2. INTERESSES, OPINIÕES E PERSPECTIVAS DA MMM.....	P. 53
QUADRO 3. INTERESSES, OPINIÕES E PERSPECTIVAS DA MMM – PRINCIPAIS DEMANDAS.....	P. 54
QUADRO 4. CLIVAGENS DA MMM (NACIONAL E LOCAL) E TIPO DE RELAÇÃO....	P. 63
TABELA 1. ATRIBUTOS DO GEORREFERENCIAMENTO.....	P. 66
TABELA 2. GRAU, GRAU PONDERADO, CENTRALIDADE DE PROXIMIDADE E DE INTERMEDIÇÃO.....	P. 68

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALN – Ação de Libertação Nacional

CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher

CF8 – Centro Feminista 8 de março

CF32 – Constituição Federal de 1932

CNDM – Conselho Nacional do Direito da Mulher

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FFQ – Federação de Mulheres do Québec

FOEI – Amigos da Terra Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento Sem Terra

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

REMTE – Rede Latino Americana de Mulheres Transformando a Economia

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
1.1 Concepção teórica sobre Movimentos Sociais.....	21
1.2 Breve Histórico dos Feminismos no Brasil.....	22
1.3 Movimentos Feministas no Brasil.....	23
1.3.1 Primeira Metade do Século: Perspectiva liberal e luta pelo voto.....	26
1.3.2 Década de 1960 e final da década de 1980: Construção Democrática, Trânsitos e Novas Formas de associativismo.....	28
1.3.3 Feminismo na década de 1990 e o Início do Século XXI: Um campo favorável para o Feminismo em Rede.....	34
1.4 A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e o Feminismo em Rede.....	40
2. Da Democracia Agonística à Construção de uma Rede Internacional de Movimentos e Ideias Feministas.....	41
2.1 Feminismo em Rede Internacional – Marcha Mundial das Mulheres e Conexões.....	42
2.2 Conexões de Projetos Políticos e Empoderamento.....	46
2.3 Conexões de Interesses, Opiniões e Perspectivas plurais.....	52
2.4 Mulheres em Rede Radicalizando a Democracia.....	55
3. Rede de Conexões da MMM – Uma análise empírica de seu potencial articulador.....	56
3.1 Análise de Redes Sociais – Caracterização dos Nós e das Arestas.....	57
3.1.1 Georreferenciamento da Rede Social.....	64
3.2 Análise de Redes Sociais – As conexões em Rede da MMM no Brasil	67
3.3 4ª ação Internacional da MMM no Vale do Ribeira – Notas de um diário de campo.....	73

Considerações finais..... 77

Referências..... 80

Anexos..... 84

1 Introdução

A principal motivação deste trabalho é tanto acadêmica como política e pessoal, pois perpassa por todos os espaços da minha vida social. Essa investigação se enquadra num objetivo mais geral de compreender a trajetória dos movimentos feministas no Brasil, sendo nosso foco a atualidade, e por isso optamos em investigar a Marcha Mundial das Mulheres por seu tamanho e representatividade no Brasil atualmente. Entendemos o feminismo como um conjunto de movimentos que contestam a ordem patriarcal – tanto em seus aspectos culturais como políticos e econômicos – são atores coletivos que trazem à cena política as opressões vividas por mulheres em vários contextos sociais, e cujo caráter global lhe confere o título de agentes da grande política, numa linguagem gramsciana¹.

Partimos do suposto de que as fases/ondas do feminismo, baseadas nas experiências europeia e estadunidense são reproduzidas também no Brasil, mas de forma singular, determinada pela especificidade da nossa formação histórica. Nesse sentido defendemos que, paralelo a essas ondas gerais – as quais iremos nos debruçar no primeiro capítulo – encontram-se momentos únicos que nos permitem repensar a divisão da história do feminismo no Brasil seguindo a clássica divisão de primeira, segunda e terceira onda.

Como nosso problema é caracterizar a rede de feminismos no Brasil, inaugurada de forma consciente e precisa pela Marcha Mundial das Mulheres, nos importa analisar o contexto histórico, político e econômico que abrigou a chegada e desenvolvimento desse movimento. Portanto nosso objeto de estudo é a rede de conexões da MMM no Brasil. Antes de investigá-la vamos retomar os traços gerais da história do feminismo no Brasil.

No singular, a palavra “feminismo” aglutina uma diversidade de projetos políticos² feministas, inscritos numa grande variedade de espaços sociais, e traçados a partir de inúmeros interesses, opiniões e perspectivas³. As feministas podem estar organizadas em

¹ Coutinho (1980)

² Neste trabalho, o conceito de projeto político tem origem na construção da filosofia política Gramsciana, utilizada por Evelina Dagnino (2004) em sua teoria da Confluência Perversa entre dois projetos políticos antagônicos (um de raiz liberal, outro democratizante, cujas práticas se fortalecem concomitantemente na década de 1990 no Brasil). No capítulo dois apresentamos o sentido e a operacionalização do conceito.

³ Iris M. Young, cientista política estadunidense e ex-docente da Universidade de Chicago, elaborou uma análise crítica da Representação política, partindo dos tradicionais pensadores liberais. Young problematiza a representação dos Estados Modernos e Democráticos questionando a representação especial de grupos identitários e minoritários nos espaços de poder. Esse questionamento é operacionalizado a partir dos conceitos de “Interesses, opiniões e perspectivas” que adotamos nesta pesquisa. Voltaremos a essa construção teórica-metodológica no capítulo 2.

movimentos sociais específicos que tornam transversais gênero e raça, sexualidade, violência etc. Também estão organizadas em partidos, sindicatos, ONGs e diversos tipos de associativismo, agindo em prol das pautas feministas. Essas pautas, ainda que múltiplas, unem-se na afirmação de que “o pessoal é político”⁴. Sozinhas ou junto a outras feministas, as atrizes em questão formam uma imensa rede, onde a vocalização está ramificada nos diversos espaços de debates e decisões políticas, executando um projeto político ligado a grande política feminista, a partir de uma pluralidade de ações coletivas. Isso quer dizer que, mesmo um movimento feminista sendo específico, ele está conectado a um movimento mais geral, são feminismos compondo o movimento feminista.

Portanto, o feminismo no singular pode ser entendido como uma rede de vários feminismos. Presentes também em espaços virtuais, de forma individual ou coletiva, tais como as blogueiras feministas e diversas páginas no Facebook que estão executando projetos políticos feministas⁵. As feministas estão também na academia, não num bloco uno, porém travando lutas simbólicas no plano do conhecimento científico, interseccionando o feminismo com outras esferas de opressões, disputando conceitos e marcos históricos. Dividimos os movimentos feministas – como já fazem outras analistas do feminismo e analistas feministas⁶ – em duas grandes frentes: o feminismo político e o feminismo acadêmico. Dentro dessas frentes partimos do pressuposto da pluralidade de projetos políticos e formas de organização e ação que existe no movimento.

Portanto, feminismo no singular denota apenas um eixo central e comum a todos estes feminismos, este eixo é o da opressão que recai sobre as mulheres, advinda do patriarcalismo como forma estruturante das relações sociais, e do machismo como elemento cultural nas sociedades patriarcais. Tais características proporcionam diálogo e construção em rede, pois definem um mínimo comum entre a diversidade de movimentos feministas. Mais a frente exploraremos como a Marcha Mundial das Mulheres se afirma como um movimento que une diversos projetos, e portanto, cumpre função de conexão e articulação⁷. É mais coerente, pelo próprio marco teórico deste trabalho, admitir as duas

⁴ Jargão utilizado pela segunda onda do feminismo, e que se fortalece nas teorias feministas mais contemporâneas.

⁵ Alguns blogs estão desvinculados de qualquer organização política, como o “Blogueiras Feministas”, “Feminismo sem Demagogia” e as “Feministas 100 fronteiras”. As páginas no facebook são muito variadas, e muitas alimentadas por coletivos, por mulheres que sozinhas ou com seus pares, vocalizam virtualmente as demandas históricas do feminismo, são muitas, mas algumas destas páginas são “Grafites Feministas”, “Diários de uma feminista”, “Feminismo Poético”, “Feminismo Materno”, etc.

⁶ Pinto (2010), Zirbel (2007), Matos (2010)

⁷ O “articuladora” é usado por Adrian G. Lavallo, cientista político da USP, para explicitar o papel de um novo ator social que entra em cena na década de 1990, que são as organizações capazes de agregar demandas de outros grupos políticos (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004). Neste trabalho nos apropriamos deste conceito para explicar a função da MMM frente aos inúmeros feminismos, locais, nacionais e internacionais, interseccionados em

acepções: feminismo e feminismos. O movimento feminista seria portanto essa imensa rede, composta de movimentos feministas específicos. O interessante da MMM é que podemos classificá-la como movimento feminista específico (pois cumpre uma função específica), mas também podemos classificá-la como articuladora de movimentos feministas, pois sua organização e ação depende da comunicação entre diversos movimentos, coletivos e até atrizes individuais.

Na área da Ciência Política, os estudos feministas estão muito inclinados a discutir a questão da representação, sobretudo a parlamentar. Isso se explica também pelas características atuais do Estado Moderno e das instituições democráticas. Estado e demais instituições, tendo caráter representativo, agem de acordo com os grupos que acessam os espaços decisórios, geralmente frações dominantes da sociedade, portanto homens, brancos posicionados nas camadas economicamente dominantes. Muitas autoras elaboraram teorias interessantes que contestam a representatividade e “a forma como se constitui a esfera pública nas democracias liberais (Young, Fraser, Phillips, Benhabib, Mouffe)” (PINTO, 2001, p.102), e constantemente questionam como ocorre o processo de representação, desmontando conceitos tipicamente liberais da ciência política como liberdade, igualdade e justiça. Este processo de constituição de uma ciência política feminista é importante e fundamental no processo de diluição do que é privado, naquilo que chamamos e entendemos por público, e com isso supostamente, avançar no sentido do que Mouffe chama de radicalização da democracia. Nesse processo, a grosso modo, grupos sociais sub-representados conseguem acessar espaços políticos, inclusive na esfera decisória, através de uma guerra de posições vocalizada, com múltiplas interfaces de relações.

Este estudo, no campo da ciência política, localiza-se nos estudos da sociedade civil e suas relações com o Estado e com outras instâncias da própria sociedade civil, não focando na representação parlamentar, pois o que nos interessa é, na linha do feminismo acadêmico, traçar outras concepções a respeito da esfera pública. Nos importa menos a questão da representação, ainda que recorramos a ela em vários momentos deste estudo. Por hora julgamos importante explicitar sobre como abordaremos o Estado, e por que não optamos em focar nos avanços institucionais das lutas feministas, nem nas políticas públicas para mulheres, mas sim nas ações civis organizadas em conexão, inclusive com o Estado.

A Ciência Política é, por excelência, a ciência que estuda o Estado e as políticas e

não-políticas de Estado. Tradicionalmente há uma tendência em tomá-lo por si mesmo, e explicá-lo a partir de variáveis que estão dentro do próprio campo estatal. Em outras palavras, parte-se do pressuposto da autonomia e protagonismo do Estado, pressuposto com base nas teorias liberais clássicas e nas atribuições de Weber sobre o grau de autonomia do Estado. Tal linha de estudo sem dúvida foi importante para compreensão de aspectos institucionais de várias formações estatais, no entanto, seguindo a tradição do feminismo acadêmico, acreditamos que tais métodos ocultam algumas relações. Diferente desta linha hegemônica da Ciência Política, Lavallo e Szwako (2015) descrevem uma outra linha de análises de eventos políticos, que parte da concepção de que a relação entre sociedade civil e Estado é uma relação de mútua determinação. Os autores, lembram que

Mais de uma postura teórica privilegia a interdependência ou as interações entre sociedade civil e Estado como foco analítico. Na América Latina, as compreensões da sociedade civil de matriz gramsciana desempenharam papel importante na crítica à compreensão dicotômica da relação entre Estado e sociedade civil (Dagnino, 2011; Dagnini, Olvera; Panfichi, 2006. In: Lavallo e Szwako, 2015, p.167.

Inspirada no trabalho de Burgos (1994), Coutinho (1980) e Dagnino (2004a, 2004b), que constituem duas dessas matrizes, e combinadas com as teorias feministas de Estado de Young (2006), Pateman (1992) e Mouffe (1999), estabeleci a inspiração e o traçado teórico para o estudo em tela. Defendemos que a ação local de movimentos sociais de caráter global, como o feminista, representa elemento explicativo de avanços em políticas das democracias e governos modernos por todo o mundo. Esses movimentos pressionam não apenas governos locais como também entidades internacionais como a ONU, a avançarem nas políticas de igualdade e justiça social.

Nosso problema é investigar se a Marcha Mundial das Mulheres cumpre a função de articulação global entre o local e o global, em torno do feminismo, tomado no singular como o movimento que combate e reivindica aspectos sociais, políticos e econômicos do patriarcalismo. Nossa hipótese é de que a MMM cumpre uma função articuladora de movimentos sociais que, organizados em torno dos problemas das mulheres, se empoderam enquanto sujeitos coletivos, no mesmo movimento em que mulheres se empoderam enquanto agentes sociais e políticas. Tal articulação projeta em âmbitos locais e internacionais do espaço público, feministas mais empoderadas, interseccionando suas demandas e com isso fortalecendo o movimento. Compreendendo o movimento feminista como executor da grande política, partimos do suposto de que ele age em torno de um projeto político contestatório da ordem econômica e social dominante, tornando-se

um ator coletivo importante para radicalizar a democracia. Estes pressupostos são importantes para as análises adiante.

Se a função da Marcha Mundial das Mulheres, na luta e na defesa de direitos das mulheres no Brasil é articular movimentos a nível internacional, cabe a nós identificar quais são os movimentos que compõe essa rede. E também compreender como essa conexão acontece, e como a Marcha Mundial das Mulheres coloca essa necessidade de um feminismo alterglobal na composição de seu projeto político. Portanto, focaremos em identificar a pluralidade de posições sociais que formam as teses, concepções, agendas e ações da MMM no Brasil, em outras palavras, quais os projetos políticos que formam a MMM Brasil. A Marcha cria uma rede de movimentos feministas e outros, os conecta, com o objetivo de unir os vários feminismos e conectá-los a nível internacional, num projeto político internacional de mulheres que lutam contra o patriarcalismo.

As redes hipoteticamente geram um fluxo mais capilarizado das feministas nos espaços políticos, dando maior visibilidade para as demandas das mulheres e permitindo maior permeabilidade da vocalização das mulheres. A pluralidade de projetos políticos reflete a pluralidade de interesses, opiniões e perspectivas femininas, e a MMM absorve essa pluralidade, sob o prisma do Feminismo Socialista⁸. Esse quadro favorece a vocalização do movimento, que se pulveriza em diferentes instâncias da sociedade civil e do Estado, gerando maior debate público a respeito das condições das mulheres em várias esferas sociais, ou seja, maior permeabilidade das falas das mulheres no que podemos chamar de maneira genérica de espaço público.

Realizamos uma análise de rede para testar a hipótese de que a MMM Brasil é uma articuladora de movimentos, no entanto essa pesquisa não apresenta uma análise do caráter democratizador dessa forma de associativismo, contentando-nos no momento, com as teorias que o confirmam. O indicador de articulação é a relação da Marcha Mundial das Mulheres com as entidades que a compõem, constrói e multiplica. Isso quer dizer que a MMM tem um projeto político próprio, e que seus pares políticos são suas multiplicadoras e colaboradoras. Utilizamos fontes primárias e secundárias para identificar as entidades da rede.

Colocando a rede que forma a MMM no Brasil em uma representação gráfica, conforme o método de análise de redes sociais, as organizações – ligadas à MMM – são chamadas de nós, e as relações – classificadas por tipos – são chamadas de arestas. Trabalharemos essa tipologia com a intenção de perceber se e como ocorre a função

⁸ O Feminismo Socialista parte da ideia de que Capitalismo e Patriarcalismo são mutuamente reforçados e implicados (CYFER, 2010)

conectora que supostamente a MMM exerce. Portanto trata-se de uma pesquisa documental e qualitativa, que organiza dados simples para discussão e reflexão a nível teórico. As fontes secundárias conformam os dados empíricos desta pesquisa, pois revelam vozes, discursos e ações do movimento. Além disso, participei de reuniões e encontros da MMM⁹, onde pude observar e conversar com muitas militantes e dirigentes, complementando assim o delineamento do meu objeto de estudo. Retomando o que foi colocado no início dessa introdução, nosso objetivo geral é refletir cientificamente sobre o feminismo no Brasil na sua atual fase, em que o local e o global estão conectados, e o reflexo disso no espaço público e uma maior vocalização e mobilização em torno das demandas das mulheres, avançando assim em aspectos da Democracia.

Dividimos este trabalho em três capítulos. O primeiro destina-se a situar a história da MMM no Brasil, que perpassa o contexto internacional e nacional. Neste capítulo analisaremos o contexto de amadurecimento do feminismo no Brasil, a chegada da Marcha e as relações específicas determinadas pelas trajetórias locais. Aqui tomaremos como pressuposto teórico a tese da confluência perversa de Evelina Dagnino, para contextualizar o campo político no qual a ação da MMM se desenrolou. Basicamente neste capítulo concluímos que as ações das feministas no Brasil foram fundamentais para avanços democráticos, pois além de conquistarem direitos políticos e trabalhistas, se empoderavam das teorias feministas liberais, que destacavam problemas do patriarcalismo a nível individual, sobretudo restringindo a autonomia das mulheres. Mesmo sem paridade nos espaços da política institucional os movimentos cumprem papel importante na garantia de políticas públicas para mulheres e na construção da crítica aos padrões culturais que reforçam opressões.

O segundo capítulo traz os marcos teóricos da pesquisa e como operacionalizamos os conceitos: de *projeto político*, de raiz gramsciana; de *interesses opiniões e perspectivas*, discutido por Iris M. Young; as redes de movimentos sociais, analisadas por Scherer-Warren; e o conceito de *radicalização da democracia*, elaborado por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Como se vê, o terreno teórico desta pesquisa não se afasta muito do Marxismo, porém a sustentação do projeto é formada por teorias e estudos feministas e não seguem doutrinas do binarismo teórico liberalismo/marxismo.

O terceiro capítulo mostra a construção empírica dessa pesquisa. Apresento a rede de conexões formada pela Marcha Mundial das Mulheres, quais as entidades civis e qual o tipo de relação estabelecida com cada uma delas. A partir da construção gráfica da rede

⁹ Participei da 5ª ação internacional da MMM, a qual relato no capítulo 3, e também de atos como o 8 de março, e atividades propostas pela MMM dentro da greve dos professores das escolas públicas em 2015.

e de seu georreferenciamento, utilizando o software *Gelphi*, o qual nos proporcionou a visualização da função articuladora da MMM no Brasil.

Concluimos comprovando nossa hipótese. A MMM cumpre função articuladora, ou conectora de várias entidades civis em torno do feminismo, o que a faz penetrar em movimentos específicos e locais de mulheres e também em outros movimentos do campo político da esquerda, em sua trajetória no Brasil. O contrário também ocorre, as especificidades dos feminismos no Brasil são postas em rede internacional, tornando-as capaz de influenciar em suas ações e concepções. Supomos, com base em nossos estudos teóricos e empíricos, que a MMM inaugura uma nova fase de movimento social que até então não existia na trajetória das feministas brasileiras, o feminismo em rede internacional. Tal fase já vinha se desenrolando, mas é com a MMM que se estabelece com maior impacto nas ações civis das mulheres. Esse desenvolvimento foi um *continuum* na trajetória dos movimentos feministas no Brasil, pois já vinha sendo construído um campo favorável. Além disso o Brasil já está incorporado à globalização, e as relações sociais locais e internacionais se interseccionam em várias esferas da vida social.

1.1 Concepção Teórica sobre Movimentos Sociais

A Marcha Mundial das Mulheres é um *movimento social*, cuja característica de rede lhe proporciona maior diversidade e amplitude de ação, e menor institucionalização. Neste item vamos apresentar algumas discussões teóricas sobre o que são os movimentos sociais, dada sua característica conceitual teórica. Na sequência do texto abordaremos a descrição da categoria *rede*.

Gohn nos lembra que “o leque das abordagens teóricas dos movimentos sociais é amplo e diversificado, tanto na América Latina como fora dela” (GOHN, 2011, p.4). A autora divide as teorias dos movimentos sociais em cinco paradigmas interpretativos:

- 1) Teorias construídas a partir de eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades (atribuídas ou adquiridas), onde diferentes tipos de pertencimentos são fundamentais a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses etc (...) (Ver Melucci, Touraine, entre outros) (...);
- 2) Teorias focadas no eixo da Justiça Social que destacam as questões do reconhecimento (das diferenças, das desigualdades, etc.) e nas questões da redistribuição (de bens ou direitos, como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas) (...) Exemplos: Axel Honneth, Nancy Fraser (...);
- 3) Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, destacam-se as elaborações sobre o tema da

autonomia, das novas formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas relações sociais não focadas/orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo (...) Na América Latina a CLACSO— Conselho Latino Americano de Ciências Sociais — e seus pesquisadores é um bom exemplo de produção teórica neste eixo (...); 4) Teorias Pós Colonial (...) O leque de autores é vasto que vai de Boaventura de Souza Santos (2006, 2009), Aníbal Quijano (2004), Enrique Dussel (2002, 2005), Walter Mignolo (2003, 2009), Franzé (2009), Spivak et alli (2008), S. Hall (2003), P. Gilroy (2004) etc., além de precursores como F. Fanon (1968), Orlando Fals Borda (1986), H. Bhabha (1994), E. Said etc. além de formuladores da teoria da dependência, como André Gunder Frank, Enzo Faletto, F.H. Cardoso etc.. Este enfoque recupera na formação histórica da América Latina a matriz do poder colonial no século XVI (...); 5) Teorias que canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas. Preocupam-se com os vínculos e redes de sociabilidade das pessoas, assim como o desempenho das pessoas em instituições, organizações, espaços segregados, associações etc (...) Na atualidade são influenciados por Tarrow (1994, 2005, 2007), MacAdam, McCarth e Zald (1996) etc. Observa-se também a utilização da abordagem desenvolvida por Charles Tilly (2005, 2007) , nos Estados Unidos (adapt. GOHN, 2011, p.4-8)

Não definimos esta pesquisa segundo um único eixo teórico, mas o eixo dois define com maior precisão o que é um movimento social no caso desta pesquisa em específico. Caracterizamos o movimento feminista como um movimento que, historicamente se organiza para combater as injustiças da sociedade patriarcal, que distingue as posições entre homens e mulheres e define uma hierarquia baseada em sexo e gênero.

Outras autoras também definem paradigmas teóricos dos movimentos sociais, como Alonso (2009) e Lüchmann (2014). O que aproxima estas autoras é o reconhecimento da diversidade teórica a cerca dos movimentos. Também frisamos uma descrição básica do conceito

De acordo com Diani e Bison (2010, p.220), os movimentos sociais constituem-se como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (Lüchmann, 2014, p.164).

1.2 Breve Histórico dos Feminismos no Brasil

Celi Pinto nos recorda que podemos “conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do movimento feminista e da produção teórica feminista” (Pinto, 2012, p.270). Sabendo disso daremos um recorte histórico voltado para o feminismo expresso pelas entidades civis, mais especificamente movimentos sociais, visto que o que nos interessa é compreender o papel da Marcha Mundial das Mulheres enquanto rede de movimentos.

Para compreender a ação da MMM no Brasil julgamos necessário retomar três eixos analíticos: a história dos feminismos no Brasil, a história da Marcha Mundial das Mulheres, e a conjuntura política da década de 1980, 1990 e dos anos 2000. Essa retomada é importante para compreender o contexto específico de constituição e de desenvolvimento da MMM no Brasil. Neste capítulo apresentaremos primeiro o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, em paralelo com a conjuntura política e econômica, em níveis local e internacional, depois abordamos a história da MMM e como seu projeto político encontrou no Brasil um contexto favorável para seu desenvolvimento. O objetivo neste capítulo é circunscrever a MMM no tempo e no espaço, para depois avançar no debate teórico e na análise da rede de relações da Marcha no Brasil.

1.3 Movimentos Feministas no Brasil: Periodização da trajetória dos movimentos feministas

Não há um marco formal para o surgimento do que entendemos por *feminismo*. Zirbel coloca que “o feminismo teria genealogias múltiplas” (2007, p.15), portanto não há um consenso entre autoras e autores sobre sua origem. Pode-se datar a primeira onda¹⁰ do feminismo no final do século XIX na França e na Inglaterra (ZIRBEL, 2007), momento em que as reivindicações de mulheres pelo voto feminino e por direitos trabalhistas aflorava entre as mulheres trabalhadoras, intelectuais e artistas.

Claro que trabalhar com “o pressuposto da existência de uma condição feminina única, universal e idealizada” (Lino, 1986, p.12) pode simplificar a compreensão do que representa as diversas experiências feministas ao redor do globo. No Brasil, podemos traçar com pouco mais de precisão a história do Feminismo. Muitas estudiosas já direcionaram esforços em reconstruir a história do feminismo.

Segundo a socióloga e pesquisadora da USP, Eva Altermann Blay (2001, p.82), o movimento feminista brasileiro teria passado por três momentos específicos: o primeiro compreendendo o século XIX; o segundo ligado à luta pelo voto (em torno da década de 1930) e o terceiro a partir dos anos de 1970. Para Constância de Lima Duarte (2003), estes “momentos-ondas”, de maior visibilidade do feminismo deveriam ser divididos em

¹⁰ Algumas estudiosas do feminismo, e os próprios movimentos feministas costumam dividir a história do feminismo em “ondas”. A primeira onda, ao longo do século XX, foi marcada pela luta por direitos políticos, pelo direito ao voto. A segunda onda, na década de 1960, resultou da luta por igualdade de forma mais ampla, luta por “transformações na cultura e na forma de conceber os gêneros (COUTO, 2012, p. 18). A terceira onda, na década de 1990, que retoma de forma crítica as experiências históricas do movimento feminista, partindo da constatação do caráter “ocidental, branco e heterossexual” dos feminismos (LUCENA, 2012).

quatro períodos: o das lutas por acesso a educação (por volta de 1830), o período da “agitação republicana” e do engajamento em jornais e revistas (por volta de 1870), a luta pelo voto (1920-1930) e a época da chamada revolução sexual (década de 1970 em diante). (ZIRBEL, 2007, p.20)

Pinto (2003) relata a existência de três grandes momentos (ou ondas) do feminismo brasileiro: o primeiro teria se expressado na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista, portanto por direitos políticos – uma luta universal por direitos políticos (...). O segundo momento do feminismo no Brasil teria nascido durante o clima político do regime militar no início dos anos 1970 (...) caracterizou-se (...) com uma resistência da ditadura militar (...) a terceira fase, desta vez referida à forte participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização (...) e com maior ênfase sobre processos de institucionalização (...) A possibilidade de se pensar uma suposta quarta onda recente do feminismo no Brasil (e talvez na América Latina) pode ser demonstrada por meio: 1) da institucionalização das demandas das mulheres (...) 2) da criação de criação e gestão de políticas (...) 3) a criação de organizações não-governamentais, fóruns e redes feministas (...) 4) um novo *frame* para a atuação do feminismo (Matos, 2010, p.68)

Para efeito desta pesquisa, preferimos – com base em vários estudos que já trataram de fazer essas distinções – dividir a história do movimento feminista no Brasil¹¹ em quatro etapas históricas, mas pensando nas quatro ondas propostas por Marlise Matos¹², portanto : i. o primeiro momento histórico compreendido entre o século XIX e o início do XX, pois em 1832 a brasileira Nísia Floresta, professora e poetisa, traduziu o célebre livro da feminista liberal Mary Wollestonecraft, “Direitos da Mulheres e Injustiças dos Homens”¹³, portanto a ideia de um movimento de mulheres “feministas” já fora, neste momento, introduzida no Brasil, neste período houveram algumas mulheres feministas mobilizadas em torno de questões de acesso à educação.

As lutas das mulheres neste período estavam restritas às frações mais privilegiadas da sociedade, portanto o início do feminismo no Brasil teve caráter elitista no que diz respeito à composição social, e liberal, no que se refere às pautas de reivindicações. Neste período já se podiam constatar conexão com os feminismos para além das fronteiras nacionais; ii. a segunda etapa compreende a primeira metade do século XX, podemos subdividi-la em dois momentos, a grosso modo, o primeiro quartel do XX

¹¹ Marlise Matos (2010) cita algumas referências de reconstrução da história do Feminismo no Brasil: “Saffioti (1976); Blay (1984); Simões (1985); Alvarez (1988, 1990, 2000); Schumacher e Vargas (1993); Teles (1993); Pinto (1994, 2003); Saffioti e Muñoz-Vargas (1994); Santos e Moraes (1995); Soares (1998); Farah (2004); Costa (2005) e Brabo (2006)” (Matos, 2010, p.79)

¹² Fazer uma releitura das “ondas” do feminismo foi tema de investigação de Marlise Matos (2010). Neste trabalho não pretendemos defender nova demarcação dessas ondas, nossa divisão é histórica, voltada para reconstrução da do feminismo no Brasil, e para compreender a função da Marcha Mundial das Mulheres no atual campo das lutas feministas nacionais.

¹³ Mais detalhes sobre isso na obra BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. “Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil”. Brasília: SPM, 2010.

marcado pela luta pelo voto feminino, e o segundo quartel marcado pela pouca ação dos movimentos feministas nos espaços políticos, e pelo processo que ocorria paralelamente, de modernização da sociedade, e portanto, da mulher. Mesmo se tratando de um período de pouca agitação das feministas no espaço público, esse período impunha novas condições para as mulheres, absorvidas pela modernização; iii. o terceiro momento do feminismo no Brasil vai da década de 1960 até o final da década de 1980, momento em que o Brasil viveu um regime de Ditadura Civil-Militar¹⁴, neste período as feministas estavam diluídas no grande e fragmentado campo da esquerda brasileira, onde a principal política era resistir à Ditadura. Concomitante a este suposto enfraquecimento/absorção das organizações especificamente feministas, houve um processo de muitas trocas culturais nos exílios, uma efervescência de teorias e filosofias políticas que faziam avançar às teorias feministas, tanto nas ruas como nos circuitos acadêmicos.

A segunda onda do feminismo nascida na Europa dos anos 1960 chega uma década depois ao Brasil, sobretudo por intermédio das feministas exiladas e ex-militantes das esquerdas armadas no Brasil. Neste período também podemos visualizar a importância da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, principalmente na década que se segue a 1975; iv. o quarto período do feminismo no Brasil está compreendido entre a fase de redemocratização até os anos 2000, podemos subdividir este período em três etapas, a primeira seria a década de 1990 marcada por avanços institucionais nas políticas públicas voltadas para mulheres e nas políticas afirmativas, pelo diálogo mais estreito entre feministas e Estado, por meios não convencionais de vocalizar suas demandas em direção a esfera institucional, uma segunda etapa deste período é a década de 2000 até a atualidade, marcada pela chega da MMM ao Brasil, pela ascensão do Partido dos Trabalhadores, sobretudo em 2002 com a eleição de Lula na presidência do Brasil.

Em suma, depois de retomar aspectos históricos que são importantes para compreender o terreno de chegada da MMM no Brasil faremos a caracterização deste movimento, justificando sua importância para a história do feminismo brasileiro.

1.3.1 Feminismo no Brasil – Primeira Metade do Século XX

¹⁴ O termo “ditadura civil-militar” é utilizado por Daniel Aarão Reis Filho para expressar que não apenas os militares foram responsáveis por instaurar o governo ditatorial, mas alguns setores da sociedade civil forneceram apoios fundamentais para o governo militar.

No início do século XX o feminismo brasileiro estava mobilizado em torno da luta pelo direito ao voto feminino. Antes disso as mobilizações de mulheres – geralmente mulheres das classes mais privilegiadas na estrutura produtiva da sociedade brasileira – reivindicavam o direito de frequentar universidades e constituírem carreiras profissionais¹⁵. Passaremos brevemente pela primeira metade do século XX, para depois enfatizar aspectos do feminismo durante a ditadura militar, e focar com mais atenção no quarto período do feminismo no Brasil, compreendido entre a redemocratização no final da década de 1980 até a atualidade. Período de nascimento e desenvolvimento da Marcha Mundial das Mulheres.

Ao final do século XIX e início do XX despontava no Brasil a luta pelo voto feminino, o ápice dessa luta foi à fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Uma de suas principais líderes e fundadoras, a intelectual Bertha Lutz – posicionada nas camadas mais privilegiadas da sociedade – ficou conhecida por sua atuação na luta pelo voto (PINTO, 2010, p.16). A Federação não lutava apenas pelo voto feminino, mas também por educação, proteção e direitos trabalhistas, todos interseccionados com a posição da mulher na sociedade. As feministas da Federação “se reuniram tomando como ponto central o fator sexual sem levar em conta as condições de classe e profissão” (Lino, 1986, p.13). Neste momento o feminismo no Brasil era claramente caracterizado por elementos das lutas liberais, por direitos a igualdades e liberdades de caráter jurídicos, assumia “os direitos das mulheres como indivíduos e o seu direito a um tratamento igual sob a lei” (KRITSCH, 2012, p.19).

O voto feminino estava outorgado na Constituição Federal de 1932, com caráter facultativo: “Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”¹⁶, trata-se de uma representação jurídica da dominação e do poder patriarcal, de aspirações democráticas. As vitórias institucionais por si só não garantem a correção imediata de opressões históricas. Miguel (2000) quando toma por objeto de investigação as políticas afirmativas, demonstra que garantir cotas de representação não significa que o quadro de representação política será mais justo após as leis serem aprovadas.

Clara Araújo (1998) lembra que a CF32 – e as demais que vieram na sequência – apresenta avanços institucionais, porém isso não “significou um acesso igualitário à representação política”, pois “até o início dos anos 80, o quadro de assimetria existente

¹⁵ Para mais detalhes sobre a história inicial do movimento feminista no Brasil acessar o documento elaborado pela Secretaria de Políticas para Mulheres, escrito por Lourdes Bandeira e Hildete Pereira de Melo: “Tempos e Memórias: Movimento Feminista no Brasil”, disponível no site da SPM.

¹⁶ Artigo 121 da Constituição Federal de 1932

nesse sentido sofreu poucas alterações” (ARAÚJO, 1998, p.12). O fato é que o direito ao voto só foi estendido a todas às mulheres apenas com a constituição de 1946, ano em que houve uma mudança na forma de governo, antes ditatorial, agora democrático (Brasil, 2015)¹⁷.

Da década de 1930 até a metade da década de 1960 houve um estancamento das vitórias políticas das mulheres, que “participaram da vida política nacional de forma enviesada” (Brasil, SPM, 2010, p.23). Em outras palavras, além da baixa representatividade legislativa e executiva, da desvalorização da mulher no espaço público e nas esferas produtivas, as mulheres que participavam de alguma forma da vida política, estavam imersas e subjugadas às estruturas organizativas tradicionais dos partidos políticos. Na década de 1950, a Federação de Mulheres do Brasil articulou algumas mobilizações unindo mulheres em torno da luta por salários e contra o alto custo de vida. A Federação seguia a linha política do Partido Comunista Brasileiro¹⁸, na época um partido de massas atuante também na esfera da política institucional.

Portanto, mesmo sendo um período considerado de lento desenvolvimento das lutas feministas no Brasil, verificamos que do início a metade do século XX houveram – olhando a partir do critério ideológico e de ação política – dois movimentos distintos: as lutas feministas de caráter liberal (início do século), e as lutas feministas de caráter classista, ou socialista (metade do século), ambas dirigidas por mulheres das classes médias e altas.

Insistimos na categoria de classe social para explicar a história do feminismo pois se constitui no mínimo divisor do movimento feminista. Mulheres bem posicionadas na estrutura econômica têm perspectivas diferentes das mulheres trabalhadoras. Isso se aplica a um recorte de raça também. Sônia Lino lembra que “não podemos perder de vista a origem social das mulheres que encabeçaram o movimento e as influências americanas e europeias que o inspiraram” (1986, p.23), não à toa o feminismo foi por muito tempo no Brasil um movimento de mulheres privilegiadas.

Marlise Matos enfatiza o mesmo aspecto, lembrando que “tal fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas e, frequentemente, por filhas de políticos e intelectuais (...) que tiveram a chance de estudar em outro país” (Matos, 2010, p.68). Isso nos indica ao menos três supostos que dão consistência a análise proposta por esta pesquisa: primeiro que o movimento feminista é, a priori, um movimento de caráter

¹⁷ Fonte: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-o-voto-feminino-pdf>. Acesso em 14/11/2015.

¹⁸ Para mais detalhes sobre as mulheres Pecebistas acessar o ensaio de Viviane Maria Zeni (2003), “Militância feminina no Paraná: a construção de uma identidade (1945-1956)”.

internacionalista, e desde as primeiras ações feministas no Brasil, o local já estava conectado ao global¹⁹, mesmo que hegemonicamente composto por mulheres e demandas de mulheres em posição privilegiada nas estruturas sociais; segundo que hipoteticamente os interesses²⁰ locais podem ser sobrepostos pelo global, resultado de contatos com referências “americanas e europeias” e assimilação de um mínimo denominador comum aos movimentos feministas; e terceiro que a composição de classe e de raça definiram os primeiros momentos do feminismo no Brasil, portanto, definiram interesses, opiniões e perspectivas do movimento, e seu respectivo projeto político. Depois de conquistado o sufrágio o movimento feminista no Brasil perde força na década de 1930 e só voltam com fôlego na década de 1960, segundo Pinto (2012).

1.3.2 Movimentos Feministas no Brasil – Década de 1960 e final da década de 1980

Com efeito, entre meados da década de 1950 e o primeiro quartel da década de 1960, houveram significativas e distintas transformações nas vidas das mulheres em diferentes posições sociais no Brasil. Para Sarti (apud Zirbel, 2007, p.35) houve neste período, junto a modernização da sociedade em termos produtivos e políticos, a modernização dos sujeitos, entre estes a mulher. Lino (1986) lembra que na década de 1960 houve uma proliferação dos movimentos feministas por todo o mundo, foi o período da segunda onda do feminismo, cujo marco teórico é o livro de Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo”, em que a filósofa constrói a ideia de que o ser mulher é uma construção social e não natural. A segunda onda (das ideias) do feminismo repercute nos movimentos de forma a reorganizar as agendas e as reivindicações, essa onda chega ao Brasil na década de 1970.

As conquistas político-jurídicas restritas e os tímidos avanços na desconstrução da cultura e do poder patriarcal que marcaram os anos 1940 e 1950, estavam combinados ao progresso da mulher em termos de absorção e assimilação pelo sistema capitalista em sua fase modernizadora. O desenvolvimento nacional se apoiava na figura de uma unidade de mulher que unia tanto o ideal da mulher trabalhadora e ativa, como o ideal da mulher que zelava pelo lar com muitos anseios de consumo. A dita “modernização” se

¹⁹ Essa característica do movimento feminista reforça a ideia de que se trata de um movimento da grande política. Essa expressão tem matriz gramsciana, junto a ela Gramsci elaborou também o conceito de Pequena Política. Esta última seria a política parlamentar, institucional, enquanto a Grande Política é executada por grandes grupos de interesses, com projetos políticos diversificados e que extrapolam os limites fronteiriços. Sobre isso acessar a entrevista concedida por Carlos Nelson Coutinho a José e Leite (2002).

²⁰ Para Iris Marion Young (2006), não há como definir um único interesse das mulheres tomadas como um bloco unitário.

desdobrava nesses termos, portanto numa estrutura social sexualmente hierarquizada, “decisiva para expansão de apenas uma parcela da população feminina (enquanto limitava a outra). Ainda assim, a imagem da mulher moderna espalhou-se, criando um novo modelo de conduta e estética” (Zirbel, 2007, p.35).

As feministas brasileiras, mesmo posicionadas em campos sociais mais privilegiados, estavam em constante articulação com as camadas mais populares da sociedade, principalmente nas décadas seguintes. Nesse sentido, mesmo conduzidas por mulheres que seguiam um padrão da mulher branca de classe média, as feministas conseguiram dialogar e construir ações políticas diversas e transversais. Muitas autoras escreveram sobre isso (Pinto, 2003. Soares, 1998. Sarti, 1998. Pinto, 1992. Paoli, 1995. Sarti, 1988). Então, mesmo que neste período não tenha ocorrido grandes avanços legais em prol das mulheres, os avanços organizacionais do movimento feminista no Brasil é inegável.

Zirbel (2007) conclui que neste período compreendido das entre 1950 e meados de 1960, houve uma troca entre mulheres em diferentes posições na sociedade, “questões mais gerais influenciando o pensamento feminista e questões feministas influenciando a visão de mundo das mulheres de camadas populares” (Zirbel, 2007, p.43). Havia um trânsito complexo entre ideias feministas, entre movimentos feministas, entre ideias e movimentos feministas. A conexão global/local, e interseccionada raça/classe/território, favoreceu a constituição do feminismo de tipo internacionalista no Brasil. Isso torna forte a hipótese de que há, mesmo com todas as contradições, um mínimo comum entre os movimentos feministas, que permite unir movimentos específicos de várias partes do globo, num único “movimento feminista”.

A especificidade do movimento feminista como espaço de mulheres e para mulheres²¹ no Brasil se intensifica nas próximas décadas, porém num contexto determinado por um governo ditatorial. De 1964 até o final da Ditadura Militar a conjuntura política forçou as feministas a direcionarem suas militâncias à luta contra a ditadura militar, diluindo assim as ações feministas na política dos partidos e movimentos de esquerda.

A militância feminista no período da Ditadura Militar foi marcada “pela contestação à ordem instituída, desde 1964” (Sarti, 2004, p.36), e menos por articulações próprias do movimento especificamente feminista. Esse contexto foi determinante não apenas para as

²¹ Bem como Marx estabelece uma distinção entre consciência de classe e consciência para classe. Estendemos este conceito à situação das mulheres. Reconhecer-se como mulher e lutar em nome disso que se entende por mulher são duas etapas distintas. Podemos verificar na experiência do feminismo no Brasil que a luta política das mulheres antecedeu a construção de uma consciência coletiva do que é “ser mulher”.

feministas, mas para o campo dos movimentos sociais em geral. O ambiente em que “aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970” estava determinado de um lado pela repressão do governo ditatorial, e de outro pela influência da ONU, que declarou em sua I Conferência Internacional da Mulher em 1975 no México que “os próximos dez anos seriam a década da mulher” (Pinto, 2013, p.272).

Por isso muitas autoras apontam a década de 1970 “como a década da reorganização do movimento feminista em torno de questões próprias” (Zirbel, 2007, p.44). Se o governo brasileiro era empurrado por entidades internacionais a cumprir uma agenda determinada e acordada internacionalmente, cabia às mulheres organizadas politicamente materializar as ações propostas, mesmo com todos os empecilhos específicos da conjuntura política nacional.

Sarti (2004) define o período compreendido entre meados da década de 1960 e durante os anos de 1970 como o período de gestação do feminismo radical no Brasil²² em paralelo com um quadro de exílio e institucionalização de agendas. Para entender esse processo, de como se desenvolveu um feminismo radical num contexto contraditório de ditadura/institucionalização de demandas femininas, é preciso fazer referência a dois fatos que extrapolam as fronteiras nacionais: primeiro a expansão de obras feministas de pensadoras estadunidense e europeias, traduzidas para o português a revelia da ditadura militar, além do contato com outros feminismos no exílio; e a influência da Organização das Nações Unidas (ONU), na definição de políticas setoriais para países do chamado Terceiro Mundo, na segunda metade da década de 1970.

Essas duas condições foram fundamentais para que as feministas brasileiras repensem a dominação masculina, identificando outros níveis de opressão, apontados principalmente por autoras da segunda onda do feminismo. O que narramos é a insurgência de mais um momento favorável para a construção do feminismo em rede.

Antes de definir os padrões conjunturais da década de 1980 é importante lembrar que o Golpe Civil-Militar de 1964 reordenou a esquerda brasileira, que se dividiu, a grosso modo, entre organizações que defendiam ações de mobilização popular de rua, em nome da democracia e de valores democráticos, e outros grupos que optaram pela tática da guerra de guerrilhas, ou luta armada²³.

Depois do Ato Institucional nº 5 em 1968, a participação civil que visava contestar a ordem estabelecida pelos militares foram duramente reprimidas pela política, corporificada

²² Corrente teórica e política do feminismo que busca a raiz da opressão feminina, apontando o patriarcado, “sistema de pensamento e prática social de afirmação do poder dos homens sobre as mulheres, que se expressa principalmente” sobre nossos corpos (Lucena, 2012, p.6).

²³ Para mais detalhes sobre o tema ver a obra de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira* (2010)

na imagem dos Departamentos de Ordem Política e Social, os DOPS. Neste momento as mulheres que seguiram militando foram, junto aos seus companheiros de luta, empurradas para a situação ilegalidade.

A resistência armada se tornou, por um tempo – ultimo quartel da década de 1960 e primeiro da década 1970 – a única via possível na compreensão de uma fração da esquerda, que outrora tinha distintos repertórios de ação. Inseridas neste contexto muitas mulheres foram deixam o país em exílios. Interessante pensar na composição de classe das feministas exiladas. Como já ilustramos, até então o feminismo foi construído por mulheres das elites sociais, e mesmo com algumas mudanças a partir da década de 1950, esse padrão continua nos anos seguintes. Ridenti coloca que

a julgar por depoimentos contidos nas Memórias das Mulheres do exílio (Costa et al., 1980), a maioria das mulheres presas e exiladas de extração mais pobre foi incriminada por serem mães, irmãs ou esposas de guerrilheiros – e não por participarem diretamente de atividades consideradas subversivas, ao contrário das jovens intelectualizadas processadas, as quais, em geral participaram ativamente nas esquerdas armadas (...) a esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas (...) poderiam ser classificadas como de camadas médias intelectualizadas (...) (Ridenti, 2010, p. 196)

O padrão de classe se mantém, porém o caráter das lutas feministas vem se transformado. A participação das mulheres na luta armada já foi por si só uma ruptura de vários padrões de comportamento e de relações. Os militantes e as militantes exiladas eram majoritariamente das camadas médias intelectualizadas (Moraes, 2012, p.111), que foram principalmente para o Chile, para Cuba, França e Suécia. Cada uma dessas experiências, segundo Lygia Quartim de Moraes, gerou um tipo de aculturação diferente. Porém, em termos gerais, todas as experiências foram favoráveis para o movimento feminista brasileiro.

Quando as militantes retornam ao Brasil, sobretudo na década de 1980, trazem consigo novas perspectivas do que é ser mulher e do que é ser feminista, e mais que isso, de como organizar um movimento independente e específico das mulheres. Moraes lembra que “foi no exterior que as militantes começaram a desertar dos grupos políticos, partindo em direção aos grupos feministas” (Moraes, 2012, p.116). O retorno das militantes brasileiras e o processo de redemocratização é um marco para o fortalecimento e consolidação dos feminismos no Brasil, já mais maduro, para além das pautas liberais e com mais autonomia em relação aos partidos políticos²⁴.

²⁴ A relação entre os movimentos feministas e os partidos políticos ocorre desde a insurgência do feminismo no Brasil. Segundo Rodrigues (2001), “a crítica dos grupos de mulheres era a de que os partidos, todos eles, os de direita e os de esquerda, desenvolviam uma relação utilitarista com as mulheres” (Rodrigues, 2001, p.06). Só este tema já daria

Em relação ao contexto internacional, a década de 1970 foi definida como a década da mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU), e 1975, o ano da mulher. A ONU vinha (e continua) cumprindo um papel de integração dos países num sistema econômico e social que se mundializou.

Stromquist lembra que “para a historiadora Francisca Miller, o legado mais importante da década da ONU para a Mulher, foi o fato de os partidos políticos e dos governos em busca de legitimidade agora considerarem vantajoso abordar problemas da mulher” (Stromquist, 1996, p. 39). A CEDAW foi a convenção mais significativa da afirmação de Miller (apud Stromquist 1996), pois estabeleceu um acordo internacional que protege as mulheres das várias faces da dominação patriarcal.

Antes mesmo da abertura democrática, alguns setores da esquerda já sistematizavam novas estratégias políticas, voltadas a valorização das instituições democráticas e mobilizações populares. Sem dúvida a década de 1980 foi palco de muita efervescência política com o processo de redemocratização (Pinto, 2013, p.273). Os movimentos antes proibidos de se organizarem, agora são postos numa conjuntura política a ser construída.

De alguma forma, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no início de 1980 teve seus contornos definidos pelo processo da transição democrática, momento em que as esquerdas das décadas anteriores estava muito flageladas pela repressão ditatorial. Desde a fundação o PT comporta mulheres nos seus quadros de dirigentes, as mulheres não tinham paridade, mas o partido de certa maneira se esforçava para democratizar sua estrutura hierárquica. Muitas mulheres estiveram comprometidas com a fundação do PT, e participaram da elaboração de seus projetos políticos (Tatau Godinho, 1998, p.19).

Gita Sen lembra que na década de 1980, por conta de uma “desaceleração nas economias nacional e mundial” predominou um “forte pessimismo por parte dos planejadores” acerca do papel do Estado (Sen, 1996, p.191), que passou a se encolher seguindo a cartilha do neoliberalismo. No Terceiro Mundo, o “ajuste estrutural apoiado pelas instituições de Bretton Woods” e executado por agências internacionais dirigidas principalmente pelos Estados Unidos, conduz a definição da forma de governo, dessa maneira “os custos da reprodução humana [passam] do domínio público para o privado” (Sen, 1996, p.191-192). Portanto a ação de agências internacionais – do Banco Mundial a ONU – foi fundamental para o desenvolvimento de organizações não-governamentais que comportassem as feministas e suas demandas.

As ONG's feministas (e outras) se multiplicam na década de 1980, fato determinado por uma combinação da redução das funções sociais do Estado e das soluções definidas por acordos internacionais para suprir esse quadro gerado pela consolidação de um Estado de mínima interferência nas políticas sociais. Também é importante frisar que as feministas – que na década de 1970 já haviam fortalecido laços com setores populares da sociedade brasileira – passam a se organizar com mais autonomia no período de 1980.

Segundo Zirbel houve, por parte das mulheres, uma “desilusão com a esquerda e busca por autonomia” (2007, p.79). Para Miranda (2016) a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte é um documento que expressa a ação das feministas neste período. A carta expressa interesses dos movimentos feministas, e a forma como as feministas agiram neste contexto expressa o grau de especificidade que os movimentos feministas já alcançaram neste momento.

Sobre isso podemos destacar algumas transformações nos feminismos e nas condições conjunturais de ação dos feminismos, do início de sua organização no Brasil até a década de 1980. Uma delas é a mudança na posição de classe das feministas, que até a década de 1970 era quase exclusivamente mulheres das camadas médias/altas da sociedade, já na década de 1980 as feministas passam a se organizar junto aos “movimentos populares de mulheres, localizados nos bairros pobres e nas favelas”, transferindo a ação feministas para espaços sociais marginalizados, aproximando-as dos movimentos de base (Pinto, 2013, p.273)²⁵; além disso o conceito de “gênero” chega ao Brasil (Pinto, 2007, p.138), reorganizando os debates na esfera do feminismo acadêmico, e também nos repertórios dos movimentos; outra mudança significativa foi a criação de novos espaços participativos, sobretudo o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, fundado em 1985, o qual acreditamos ter relação com a influência da ONU nesta década e a organização das feministas brasileiras, que se voltaram para essa conquista, que, segundo Pinto (2013), foi fundamental para incluir demandas das mulheres na Constituição de 1988; outro fator importante da década de 1980 foi a fundação do Partido dos Trabalhadores em fevereiro de 1980, que a partir de uma política de proximidade com os movimentos populares, representou uma possibilidade de setores populares serem representados no campo institucional. Por último destacamos o que ficou conhecido por *lobby do batom*, caracterizado pelas relações entre mulheres de vários movimentos feministas – sobretudo os que estavam envolvidos no processo da Constituinte – e

²⁵ Essa aproximação depois da formação da MMM no Brasil se fortaleceu, hipoteticamente o perfil socioeconômico das dirigentes feministas também deve ter tido alguma alteração.

setores da política institucional.

A vocalização das mulheres em direção ao Estado, mesmo sem representantes legislativas por exemplo. O *lobby do batom* ocorria “através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares [dessa forma] o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas” (Costa apud Zirbel, 2007, p.88). Isso quer dizer que mesmo com o caráter disperso e plural do movimento feminista, avanços institucionais genéricos – porém fundamentais quando se trata do ideal de uma sociedade justa e igualitária²⁶ – para as mulheres foram alcançados.

O CNDM assumiu uma posição estratégica de articulação entre feministas e Estado durante esse período de redemocratização, mas em 1989 devido a renovação no ministério da justiça, dada a ligação do CNDM com este ministério, houve uma renovação no corpo funcional do conselho, que passou a ser composto por mulheres posicionadas fora do campo ideológico do feminismo (Zirbel, 2007, p.88).

1.3.3 Feminismo na década de 1990 e o Início do Século XXI: Um campo favorável para o Feminismo em Rede

O processo de construção da democracia no Brasil tem contornos próprios, tanto na sua constituição institucional, como organizacional e cultural. Alguns autores (Citar quais) afirmam que o Estado Democrático no Brasil é inventado sobre uma base de relações historicamente autoritárias, em alguma medida isso pode explicar as interrupções da formação democrática brasileira.

A Constituinte de 1988 foi um momento significativo para a democracia no Brasil, para Dagnino esse processo “consagrou o princípio de participação”, no qual “as principais forças envolvidas compartilham um projeto democratizante e participativo” (Dagnino, 2004, p.141).

Para Silva, a década de 1990 foi marcada, na esfera civil, por uma generalizada “desconfiança perante a democracia representativa” em toda a América do Sul (Silva, 2006, p. 167), nesse contexto “a população busca formas alternativas de representação, criando conselhos, ONGs” etc (Silva, 2006, p.167). Consideramos que a aderência do Brasil a entidades internacionais como a ONU, desde a década de 1940, bem como a ascensão de uma governabilidade neoliberal, proporcionou o fortalecimento dessas novas formas de representação, não ficando a cargo da população tal escolha, mas de

²⁶ Algumas feministas elaboraram suas teorias políticas com base na crítica aos ideais de justiça, igualdade e liberdade, sobretudo aqueles contidos nas teorias liberais.

condições historicamente determinadas.

Os movimentos sociais neste contexto, estão expostos a novas regras do jogo político. Sem constrangimentos postos pelo regime ditatorial, passam a participar da política institucional, o que faz dos anos 1990 “cenário de numerosos exemplos de trânsito da sociedade civil para o Estado” (Dagnino, 2004a, p.141). Tais trânsitos se reforçam na medida em que são criados espaços de participação dentro do Estado, e portanto, diminuindo o “confronto e antagonismo” entre este e a Sociedade Civil (Dagnino, 2004b, p. 96).

Novas demandas passam a compor o repertório dos movimentos, tendo como base a garantia dos direitos sociais, os direitos de cidadania e a retomada das instituições democráticas, e principalmente, a possibilidade institucional de participar. Este período da política brasileira reforça as teses que afirmam a codeterminação entre Estado e Sociedade Civil. Foi sem dúvida um período de amadurecimento da participação civil e do diálogo entre vários setores sociais que buscavam representatividade e melhorias nas condições de vida.

Por outro lado, segundo a tese da confluência perversa²⁷ de Evelina Dagnino, estava em curso no Brasil um projeto político neoliberal, convergente e adequado “ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington” (Dagnino, 2004b, p.96). A eleição de Collor em 1989 viabilizou o Estado Mínimo na sociedade brasileira, mesmo assentado num contexto de intensas movimentações das frações populares da sociedade civil. Chegamos aqui ao coração da tese de Dagnino, de que há uma confluência perversa entre estes dois projetos políticos antagônicos, perversa por “*ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*”²⁸ (Dagnino, 2004b, p.97).

A forma organizativa de um lado são movimentos sociais, sindicatos e até mesmo partidos políticos de esquerda, de outro a consolidação de outras formas de associativismo, como as organizações não-governamentais (ONG's) que na década de 1980 era um modelo de associativismo que viabilizava ações dos movimentos sociais, prestando-lhes assessoria, e agora voltam-se a execução de algumas funções sociais que outrora eram atribuídas ao Estado. A passagem dessas atribuições à administração privada dá uma nova roupagem às ONG's e reconfigura a direção da ação dos movimentos sociais, bem como suas clivagens e suas estratégias. Muitos movimentos

²⁷ Tese em que a estudiosa afirma a coexistência entre dois projetos políticos antagônicos no Brasil, sobretudo na década de 1990. Um projeto democratizante e participativo, ligado à setores populares e movimentos de caráter mais à esquerda no espectro político-ideológico; e um projeto neoliberal, baseado nos pressupostos do Estado Mínimo e consequente responsividade atribuída a sociedade civil, sobretudo setores empresariais, em prover serviços públicos/sociais.

²⁸ Grifo da autora.

caminham para as novas possibilidades associativas, inclusive os feministas, que nesse período intensifica o processo de profissionalização do movimento (Pinto, 2013, p.274).

A década de 1990 é sem dúvida um marco na história dos movimentos sociais no Brasil, devido a redemocratização e à Constituinte de 1988, que reuniu muitos setores da sociedade civil na construção de uma constituinte voltada ao bem-estar social, e com pleno reconhecimento dos direitos sociais. E também graças às condições postas pela política neoliberal do Estado brasileiro.

Neste período alguns autores destacam a emergência de “novos movimentos sociais”, caracterizados pelo descentralismo das lutas trabalhistas com marcas históricas das esquerdas políticas (Gohn, 1995). O que disso importa é que movimentos como os de mulheres, grupos LGBTT's, ambientalistas, negros e negras, indígenas e quilombolas, passam a demandar de forma organizada seus projetos políticos, gerando uma visualização mais enfática neste período, e não exatamente caracterizando uma novidade na cena política.

Na década de 1980 e 1990, o feminismo no Brasil já gozava de certo grau de autonomia²⁹ em relação a outras organizações, como partidos e outros movimentos sociais, no entanto a forma como vão sendo desenhados os contornos das relações políticas, não podemos afirmar que durante todo este período o que marcou o feminismo no Brasil foi a construção de agendas próprias das mulheres. Por outro lado, muitas feministas estavam empenhadas nas lutas por direitos, o que as empurrava de certa forma para relações com o Estado.

A fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1993, que desde o início já aderiu a cotas nas estruturas diretivas da central sindical, bem como a consolidação do PT nas disputas eleitorais, fez com que muitas feministas optassem por agir não apenas nos movimentos puramente feministas, mas fazer a política feministas em espaços diversos. A nosso ver isso é fundamental, pois torna a vocalização das demandas das mulheres mais vocalizadas.

Portanto as mulheres passam a fazer política feminista dentro de diferentes espaços participativos, sendo que na esfera política institucional, a “ênfase nas reformas promovidas pelo Estado neoliberal e suas agendas de constrangimentos” (Matos, 2010, p.80) levaram “os movimentos a se especializarem” (Pinto, 2003, p.91, apud. Matos 2010, p.80). Zirbel (2007) lembra que nessas duas décadas houveram duas estratégias centrais

²⁹ Não estamos afirmando com isso que é possível pensar em autonomia total de qualquer movimento social. Ainda que essa palavra faça parte do discurso de dirigentes e militantes, os movimentos sociais num geral estabelecem clivagens, inclusive na esfera da construção de seus projetos políticos.

do feminismo brasileiro, autonomia com atuação nas instâncias governamentais (Zirbel, 2007, p.93).

A autora destaca que Sônia Alvarez (apud Zirbel, 2007, p.94) em seu estudo sobre o processo de “onguização”. Aponta para o quanto os movimentos feministas deram uma nova roupagem para as ONGS – muito criticadas quando se leva em consideração as instâncias financiadoras – confirmando a tese de Evelina Dagnino, da confluência perversa entre dois projetos políticos antagônicos na década de 1990:

inúmeras ONGs feministas tem trabalhado de forma estratégica, aceitando as temáticas propostas pelas instituições e apresentando resultados não esperados. Como exemplo pode-se citar o tema do controle de natalidade, muito em voga no início dos anos 1980 por conta do interesse de alguns órgãos internacionais em diminuir a população do “terceiro mundo”. As ONGs feministas utilizaram os recursos financeiros advindos destes órgãos e redimensionaram as pesquisas para a questão dos “direitos reprodutivos”, partindo em defesa do direito das mulheres em conhecer e decidir sobre o próprio corpo (Zirbel, 2007, p.94)

Portanto, o contexto da década de 1990 para as feministas estava marcado por essa dualidade de projetos políticos, que impunha condições específicas para a atuação política, mas que não anulava a construção e desenvolvimento históricos do movimento e das militantes, pois ainda que divergentes e conflitantes, ambos pressupunham uma sociedade civil participativa, segundo argumento de Dagnino (2004b).

Neste período houveram avanços significativos das mulheres em relação as políticas afirmativas. Na esfera representativa, as mulheres conseguem conquistar cotas, tanto nas estruturas partidárias, como cadeiras legislativas. O PT foi o primeiro partido a regulamentar as cotas internas à direção partidária, logo no seu 1º congresso em 1991 foi aprovada “a cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias”, e nos anos que se seguiram “outros partidos passaram a adotar a política de cotas” (Zirbel, 2007, p.92).

Em 1995 a deputada Marta Suplicy apresentou ao congresso nacional a Lei nº 9100/95 que estabelece cotas para mulheres nas listas de candidaturas, aprovada “às vésperas das eleições de 1996” (Miguel, 2000, p.98). As cotas são políticas de Estado, e compreendendo o Estado numa perspectiva de oscilação entre ser arena e ser ator, suas constantes relações com setores diversos da sociedade civil são tecidas num percurso histórico, determinando sua forma e seu conteúdo. Nesse sentido a política de cotas tem sentidos e efeitos distintos a curto, médio e longo prazo³⁰.

Gita Sen (1996) aponta para a função de reprodução da ordem estabelecida que as

³⁰ Não nos alongaremos na questão das cotas para mulheres, mas destacamos aqui o artigo de Luis Felipe Miguel sobre este tema, intitulado “Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação” publicado pela RBCS em outubro de 2000, onde o autor problematiza a concepção estritamente positiva da política de cotas.

políticas sociais podem ter, reforçando posições e assim “frequentemente podem transferir os custos da reprodução de volta às mulheres” (Sen, 1996, p.184). De qualquer forma e sem juízo de valores, nos importa destacar que na década de 1990 houveram alguns avanços significativos nas políticas afirmativas voltadas às mulheres no plano da cena política e da política institucional, e que isso não ocorreria sem a ação organizada de mulheres.

Os movimentos feministas no Brasil estavam portanto, inseridos numa conjuntura em que os avanços nos debates internos aos movimentos feministas coexistiam com um arranjo institucional advindo de uma política neoliberal, que em algum grau determinou as relações entre entidades civis, na medida em que deslocou a execução de políticas sociais para setores da sociedade civil. Mohanty (apud Matos, 2010) afirma que a guinada a direita, em proporção global neste período, desafiaram o desenvolvimento das lutas feministas, e que

a saída possível seria, justamente, o reforço de uma política feminista trans ou intercultural (...) baseado na compreensão da existência de uma ligação visceral entre as dimensões micropolíticas da vida cotidiana com aquelas do contexto macropolítico e econômico globais, com vistas a construção coletiva de uma prática feministas transnacional e anticapitalista (Matos, 2010, p. 77)

De alguma forma isso tem respaldo empírico, pois na mesma década, em 1995 ocorre a primeira ação da Marcha Mundial das Mulheres em Québec no Canadá, em que organizaram o movimento de mulheres do Québec organizou uma manifestação da qual 850 mulheres participaram, percorrendo 200 km pedindo simbolicamente pão e rosas (Tornquist e Fleischer, 2012).

A partir disso as mulheres de Québec voltam-se a construir um movimento feminista que transcenda as fronteiras entre nações, partindo do suposto da mutualidade entre reprodução capitalista e patriarcalista em escala global. Já no mesmo ano. Matos (2010), também chama a atenção para o fato de na década de 1990 terem sido postas algumas condições propícias para um novo modelo de organização do movimento feminista, o modelo que reforça o movimento feminista como um movimento internacional.

A formação na prática desse ideal internacionalista exige uma nova forma de organizar as ações civil, as redes acabam surgindo desse processo, como forma organizacional. Nesse sentido a Marcha Mundial das Mulheres é o exemplo mais ilustrativo, pois

É uma das instituições recentes do feminismo transnacional que pleiteia a legitimidade organizacional de mulheres no sentido de se alinharem a uma agenda radical anticapitalista e antipatriarcal, fazendo com que uma rede de seis mil grupos de 159 países e territórios façam parte deste

movimento. A partir de tal caso, é possível estabelecer certos padrões do que hoje é conhecido como feminismo transnacional: um movimento atendo às intersecções entre nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica numa escala mundial, em decorrência principalmente do surgimento do capitalismo global; um movimento autointitulado *altermundialista*, por sua luta de cunho internacional contra o neoliberalismo e pela busca por maior justiça social. (Marlise Matos, 2010, p.81)

A década de 1990 no Brasil representou uma fase em que os movimentos sociais estavam fortalecidos, recém passados por um processo de constituinte com abertura para participação de setores populares. Mundialmente, a globalização tomava proporções maiores, e na medida em que o mercado capitalista e suas instituições se capilarizavam por todos os continentes, vários movimentos passam a pautar a necessidade de movimentos igualmente globalizados (alterglobalizados). Assim foi com a Marcha Mundial das Mulheres, que a partir de uma ação em 1995 no Canadá, organizada pela Federação das Mulheres do Québec, projetou a ideia de criar uma rede internacional de feminismos.

Assim, o século XXI já se inicia com as feministas organizadas mundialmente. Enquanto que na década anterior as cotas nas listas partidárias e as cotas parlamentares (Miguel, 2000), mesmo não resolvendo o problema dos grupos sub-representados, já indicavam um avanço na vocalização das demandas das mulheres, nos anos 2000 temos a primeira Marcha de Mulheres no Brasil, em 2004 o congresso nacional promulgou o ano da Mulher, em 2006 a lei Maria da Penha foi aprovada³¹, portanto trata-se de um período favorável para a vocalização das demandas feministas, e portanto para o fortalecimento dos movimentos de mulheres num geral. Nesse contexto é que a MMM chega ao Brasil, mediada pelas mulheres da Central Única dos Trabalhadores, que participaram em 1998 da primeira reunião de planejamento da primeira marcha internacional.

1.4 Caracterização da Marcha Mundial das Mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres assume duas posturas em termos de dimensão territorial, uma ligada às demandas globais e outra referente às demandas locais. Nascida no Canadá, numa perspectiva crítica ao capitalismo, na perspectiva das mulheres trabalhadoras, mas sem bloquear outras intersecções, a Federação de Mulheres do Québec (FFQ) organiza na Conferência da ONU em Huairou em 1995, uma ação de

³¹ Para mais informações acessar <http://www.teclemulher.com.br/leis,1,leis-nacionais.html> Acesso em 25/02/16.

conectividade com outras mulheres, de diversos lugares do mundo. A intenção não era formar a agenda da MMM com base nas determinações da ONU, mas aproveitar esse espaço para fazer contatos globais.

Sabe-se que “a partir dos contatos feitos em Huairou, com a ajuda da internet e com apoio organizativo decisivo da FFQ, criou-se uma rede diversificada de mais ou menos seis mil coletivos de mulheres de 161 países diferentes” (Mond, 2003). Portanto a intenção de articular é parte do projeto da MMM desde seu surgimento. Nesse primeiro contato, as mulheres da CUT ficaram responsáveis em trazer a proposta para o Brasil, determinando de alguma forma, o campo de formação da MMM no contexto nacional. Se fosse outra entidade, ligada a outros projetos políticos, certamente a rede da MMM se comporia de outra forma, esse primeiro contato foi decisivo para o desenvolvimento da MMM no Brasil.

Com “estrutura flexível, campanha unitária mundial e novas formas de decisão e gestão da diversidade” (Mond, 2003, p.5) a MMM funda algo novo, uma rede internacional de feminismos. Conectando inúmeros movimentos sociais, empoderados do feminismo socialista, que destaca a tendência ao empobrecimento e sujeição das mulheres nas sociedades modernas industrializadas, porém patriarcais, nas quais a moral cristã também reforça papéis e posições com base no gênero. A auto-organização e o autofinanciamento são decisões coletivas da organização do movimento, que em sua retórica preza pela autonomia em relação à partidos políticos e instituições políticas nacionais e internacionais.

O objetivo da MMM é, através de ações contestatórias e vocalizadas em interfaces com sociedade civil e Estado, promover melhorias nas condições das mulheres de todo o mundo (Tavares, Bento e Magalhães, 2004, p. 12). Os grupos que se conectam a rede da MMM tem suas especificidades resguardadas, mesmo aderindo ao projeto alterglobal de formar feminismo em rede. Cria-se, portanto, com a MMM, um novo ator coletivo, cujo raio de alcance das ações políticas torna-se maior, e a articulação plural faz com que o feminismo empodere mulheres e movimentos sem que estes percam suas subjetividades.

A MMM no Brasil, a partir da singularidade deste país, já na primeira ação internacional em 2000, suscitou a campanha da Marcha das Margaridas, inédita no movimento de mulheres camponesas. A MMM foi capaz de mobilizar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura e o Movimento Sem Terra, e disso resultou uma marcha específica do Brasil. Mais recentemente, a Marcha das Mulheres Negras também foi fundada a partir da ação contínua da MMM.

A Campanha contra a ALCA no início do século XXI caracteriza a MMM como um

movimento anti-sistêmico e crítico ao capitalismo, o que define suas conexões. Em 2003 houve também uma campanha internacional da MMM pela valorização do salário mínimo e em 2004 uma ofensiva contra a mercantilização do corpo e das vidas das mulheres. Em 2005 aconteceu a segunda ação internacional, da qual resultou uma carta das mulheres para a humanidade, onde a MMM coloca o modelo de sociedade que almejam baseada nos valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade, justiça e paz³².

Em 2006 ocorre o primeiro encontro nacional da MMM em Belo Horizonte, na qual a MMM se compromete com a luta pela soberania alimentar (aproximando-se assim de outros movimentos ligados à reforma agrária e a economia feminista) e contra a militarização cotidiana como forma de resolver problemas sociais. Na segunda década do XXI a MMM já apresenta uma rede ampla e visibilidade na cena política brasileira.

2 Da Democracia Agonística à Construção de uma Rede Internacional de Movimentos e Ideias Feministas

Nossa hipótese de pesquisa é que a chegada da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil reorganizou o campo dos feminismos, proporcionando a formação de uma rede de movimentos feministas interseccionados à outros projetos políticos de ideologias políticas convergentes ainda que plurais. A caracterização da MMM e suas funções na luta feminista são definidas pela diversidade de projetos políticos que a compõe: a MMM é uma rede de movimentos sociais, e proporciona conexões entre movimentos feministas e outros movimentos sociais, aumentando o raio de vocalização das demandas das mulheres, e trazendo para dentro dos movimentos feministas diferentes perspectivas de mulheres em distintas posições sociais.

Para analisar esse contexto político da sociedade civil, mobilizamos alguns conceitos teóricos, tendo como recorte a experiência brasileira que inicia nos anos 2000. Portanto, antes de apresentar a análise das conexões em rede realizadas pela MMM e sua forma específica no Brasil, iremos neste capítulo construir o problema no plano teórico, expresso na seguinte pergunta: o que representa a organização em rede da MMM e suas conexões na perspectiva de um processo de construção democrática? Supomos que, cumprindo uma função articuladora, a MMM funda um novo momento no feminismo local e internacional.

Organizamos o capítulo da seguinte forma: a) definimos a MMM como uma rede, e

³² Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com>

portanto, analisaremos o que isso significa, partindo dos estudos de Scherer-Warren (2005, 2006), Abers e Bülow (2011) e Thayer (2001); b) depois operacionalizamos o conceito gramsciano de projetos políticos, identificando os traços gerais dos projetos do projeto da MMM e dos projetos das organizações da rede; c) para isso utilizamos as noções de interesses, opiniões e perspectivas, cunhadas por Iris M. Young, partindo do suposto de que esse nível da sociedade civil gera maior vocalização; d) por fim, utilizamos a noção da agonística e de radicalização da Democracia contidas nas obras de C. Mouffe (1999) para situar o alcance político da rede de feminismos articulada pela MMM.

Hipoteticamente defendemos que a rede de movimentos sociais promove um trânsito entre atores e atrizes que representam distintos interesses, opiniões e perspectivas, unificados por um denominador comum que, a nosso entender, advém do plano político-ideológico. De acordo com Scherer-Warren, as redes de movimentos sociais representam “um avanço no plano do reconhecimento intersujeitos e interorganizacional, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas” (Scherer-Warren, 2008, p.06). Nesse sentido, as redes são expressões materializadas da democracia plural agonística, em que os agente políticos transitam por associações civis e por instâncias do Estado, vocalizando uma diversidade de demandas coligadas por um mínimo denominador comum, e favorecendo a democratização no plano político.

2.1 Feminismo em Rede Internacional – Marcha Mundial das Mulheres e Conexões

Não é de hoje que nos referimos a alguns movimentos sociais levando em conta seu caráter transfronteiriço. No campo da esquerda, esse internacionalismo já estava presente na formação do socialismo científico, e embalou muitas práxis revolucionárias no início do século XX. O movimento operário, organizados a partir das cartilhas socialistas, comunistas e anarquistas, desde o princípio já se autoproclamava internacional.

Na década de 1960 e 1970 – momento em que, no contexto internacional estava ocorrendo a Guerra do Vietnã, em que países tomavam posições que se restringiam a “dois lados”, o bloco capitalista e o socialista, e nas Américas os regimes ditatoriais se desenvolvendo – muitos movimentos sociais estavam conectados e formavam redes de relações. Exemplo disso foi no início da resistência das esquerdas brasileiras à ditadura militar. Organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), estavam conectados a movimentos revolucionários em Cuba, China antes mesmo do exílio.

Neste período houve um trânsito intenso do feminismo europeu e estadunidense ao redor do mundo. Independentemente da forma como se olha para isso³³, mesmo não havendo uma articulação em rede internacional do movimento feminista, as ideias feministas já estavam em rede internacional, o ápice e momento mais ilustrativo deste processo foi o retorno das militantes brasileiras que estava em exílio. Na década de 1970 a segunda onda do feminismo chega no Brasil, como já vimos, reorganizando as agendas de lutas e os repertórios de ação.

A mundialização do capital – ou globalização – foi um processo que redefiniu os espaços sociais no que diz respeito a tempo e espaço, fornecendo condições favoráveis às formações de redes de conexões entre movimentos sociais de diversas partes do mundo. As elites econômicas do mundo capitalista, neste contexto, foram à fração mais beneficiada do processo de globalização, que por sinal reflete seus interesses históricos.

Nesse arranjo de mercado global, ocorre paralelamente um processo de popularização dos meios de informatização, e os avanços na comunicação via internet tornaram possível engrossar os contornos das conexões entre várias formas de associativismo civil. No entanto o que julgamos importante lembrar e destacar é que as conexões em rede não são novidade, mas a proporção que tomaram depois da informatização da comunicação sim. O uso do termo “redes” associado a definições de movimentos sociais tem, porém, uma história que precede a década de 1990” (Abers e Bülow, 2011, p.72). Sobre isso com o que Thayer coloca:

Castells reconhece que por fora dessas “identidades de resistência” podem surgir “identidades-projeto”, que incorporam uma noção transformadora, e sugere na última página do livro que movimentos feministas e ambientais podem formar redes internacionais que se tornam “produtoras e distribuidoras de códigos culturais” (p.362). Mas essa possibilidade parece remota, e o insight aparece muito tarde no livro para que o autor possa explorar as condições sob as quais isso pode acontecer. Eu, ao contrário, defendo que os movimentos de mulheres, ricos ou pobres, vêm construindo ligações transnacionais múltiplas e articulando “identidades-projeto” já há mais de uma década. (Thayer, 2001, p.105)

O movimento feminista, na década de 1990 começa a se formar como movimento internacional, e não apenas como movimentos que internacionalmente tem as mesmas referências teóricas. Os diálogos entre organizações passam a se reforçarem, e nesse contexto surge a MMM, na metade da década de 1990.

As redes conectam movimento em torno de questões mais gerais, como “as lutas

³³ Scherer-Warren (2005) coloca isso como problema a ser esclarecido pelos estudos de redes sociais. Como manter uma grande rede de conexões “sem colonizar as minorias?” (Schere-Warren, 2005, p.26). Marlise Matos (2010) também assume uma postura crítica a uma suposta “colonização” por parte do feminismo branco, europeu e das classes médias.

pela democratização, pelos direitos de cidadania, contra o processo de globalização” etc (Scherer-Warren, 2005, p.24). Foi assim que a MMM se constituiu, em torno de um mínimo denominador comum entre os diversos movimentos feministas, e através de um recorte ideológico socialista, que identifica a pobreza e a ausência do Estado frente às condições sociais das camadas mais oprimidas na esfera produtiva, como um problema compartilhado por povos de várias nações em todos os continentes.

Scherer-Warren (2005) afirma que as redes favorecem um potencial de empoderamento, e se pensarmos isso em paralelo com a ideia de que as militantes da MMM estão em constante trânsito institucional, da sociedade civil para o Estado, através de diversos canais e formas de relações, então esse empoderamento transpassa as trajetórias individuais, tendo impacto no campo das relações políticas. Portanto o empoderamento das mulheres em redes feministas é o empoderamento do próprio feminismo, em seu sentido mais abrangente. Defendemos que isso é o empírico da radicalização da democracia na teoria de Laclau e Mouffe, sobretudo Mouffe (1999).

Quando a MMM se definiu como um movimento permanente, logo após a primeira Marcha organizada pelas mulheres do Québec, a ideia era “realizar uma campanha mundial no ano 2000 contra a pobreza e a violência contra a mulher” (Faria, apud Tornquist e Fleischer, 2012, p.294), isso reforça a ideia de que as redes tendem a conectar movimentos em torno de objetivos mais gerais. Para isso as mulheres de Québec, além de utilizarem a Conferência da ONU, em Pequim, para articular feministas de diferentes partes do mundo, também entraram em contato com mulheres de diversos países, com o objetivo de realizar uma grande marcha mundial de mulheres.

O primeiro contato da MMM no Brasil ocorre por intermédio da CUT, e em 1998 as mulheres deste sindicato mandaram representantes para participar da primeira reunião de articulação da MMM, com vistas a realizar a ação internacional no ano 2000 no Brasil, como de fato aconteceu. Notamos que a proposta de formar uma rede constitui um preâmbulo nas definições do projeto político da MMM, a saber que já no

primeiro encontro internacional se definiu a plataforma centrada em 17 pontos contra a pobreza e 17 pontos contra a violência. A proposta foi realizar um abaixo-assinado em torno dessas reivindicações para ser entregue na ONU, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI) em 17 de outubro. Ou seja, a MMM iniciou como uma campanha lançada no dia 8 de março a 17 de outubro de 2000 (Dia Mundial de Luta contra a Pobreza). (Faria, apud Tornquist e Fleischer, 2012, p.294)

Nesta fala – de Nalu Faria, dirigente da MMM no Brasil – identificamos “pobreza” e “violência” como problemas aglutinadores de movimentos sociais. As agências internacionais não representam clivagens com reflexo na agenda da MMM, mas sim

espaços de conexões, interessantes para composição de uma rede internacional de feminismos. “As redes, construídas nas interfaces de projetos alternativos (...) podem operar como pontes de comunicação opondo-se aos códigos históricos fundamentalistas” (Scherer-Warren, 2005, p.26), exemplo disso é o processo de formação da MMM. A estrutura da MMM portanto, a partir de 2000, se definiu em nível global:

Em 2000, 167 países aderiram. Depois, quando se definiu continuar como um movimento permanente, diminuíram os países. Hoje tem coordenações nacionais em 60 países e grupos de contato em outros 90. Além disso, há diferentes formas de pertencimento. Em alguns países se dá uma dinâmica permanente, em outros se mobilizam como MMM a partir de chamadas internacionais, sobretudo as ações internacionais realizadas a cada cinco anos. Em alguns países, tal como o Brasil, a Marcha serviu como uma forma de articulação do movimento, outros aderiram a ela como uma campanha. Ou seja, um coletivo nacional que organizou a Marcha. A Marcha em nível internacional tem um comitê internacional, com dois representantes por continente, e um secretariado internacional, com uma coordenadora internacional. Desde 2006 o Secretariado Internacional está no Brasil. A coordenadora internacional é a Miriam Nobre, que é da equipe da SOF e participou do Comitê Internacional da MMM desde o início, assim como da construção no Brasil. (Faria, apud Tornquist e Fleischer, 2012, p.296)

A Marcha Mundial das Mulheres nos anos 2000 já se constituía em uma rede de movimentos feministas. A novidade é que agora diversos movimentos feministas em todos os continentes estavam conectados por uma proposta de ação em comum. Podemos dizer que a MMM é a primeira rede internacional de movimentos feministas. Essa rede conecta movimentos sociais diversos, localizados no espectro político-ideológico socialista. Não significa uma homogeneização dos movimentos, mas um espaço de conexão de vários projetos políticos que apresentam uma unidade mínima, e que são convidados pela MMM a pensar e agir em prol das demandas das feministas.

Sabendo que “parte dos estudos sobre redes argumenta que elas incluem não apenas movimentos sociais, mas também ONGs, acadêmicos, governos e organizações internacionais” (Abers e Bülow, 2011, p.73), identificamos, numa rede mínima de relações da MMM no Brasil, que isso ocorre também no caso da nossa pesquisa. A MMM no Brasil conecta alguns tipos de associações civis, como movimentos sociais, sindicatos e ONGs.

No próximo capítulo iremos apresentar as redes de conexões da MMM no Brasil. Até este momento concluímos que a MMM representa uma novidade nas redes de movimentos sociais, pois inaugura uma rede de conexões alterglobais em torno das demandas feministas, conectando vários projetos políticos em torno do Socialismo e do Feminismo, em suas várias derivações, promove um movimento cuja dinâmica democrática pode ser compreendida como agonística.

2.2 Conexões de Projetos Políticos e Empoderamento

A pluralidade social é expressa também pelo associativismo civil. Nessa esfera visualizamos a alto contingente de especificidades de modos de vida, sobretudo aquelas colocadas em posições subalternas, dominadas, marginalizadas nas relações sociais. Os movimentos sociais, sobretudo os organizados em rede, como a MMM conectam uma pluralidade de projetos políticos de diferentes e específicos grupos de mulheres. Tal rede funciona internamente sob os valores da democracia, e defendem também os processos de democratização. A MMM é uma rede de feminismos e, ao menos no Brasil, essa rede se autodefine como um movimento do feminismo socialista.

A democracia é, nesses contextos, “condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento de uma nova sociedade” (Coutinho, 1979, p.37). Os diferentes feminismos e os demais grupos que participam da MMM possuem, cada um, seu próprio “projeto político”, que expressa, em algum grau, interesses opiniões e perspectivas de seus associados. O termo “projeto político” advém do pensamento Gramsciano, e foi muito utilizado por Evelina Dagnino, para explicar os diversos “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino, 2002, p.282).

Esses projetos transitam na rede de conexões da MMM, que, por sua vez, cumpre uma função de injetar as agendas e demandas das mulheres, de seu denominador comum. Por exemplo, a chegada da MMM no Brasil fez a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) e o Movimento Sem Terra (MST) desenvolverem melhor a questão das mulheres camponesas. A primeira ação da MMM no Brasil resultou na organização da Marcha das Margaridas, maior ação da MMM neste período. A Marcha das Margaridas se consolidou como movimento permanente, e de 2000 até hoje as mulheres camponesas se empoderaram dos feminismos, tendo como principal ponte a MMM.

A noção de projeto político pode ser usada paralelamente às teses de mútua determinação entre sociedade civil e Estado, pois esses projetos entram em trânsito, cuja direção final é o Estado. Além disso sugere também que não há descontinuidade entre política e cultura, pois agentes sociais posicionados de distintas formas nos vários espaços sociais organizam suas agendas e demandas a partir dessas posições, que são também e enfaticamente culturais. Não apenas os grupos sociais marginalizados e

oprimidos possuem seus projetos, mas todos os grupos de interesses, dos dominantes aos dominados, em várias esferas da vida social.

Em termos práticos, qual seria o projeto político da MMM? A partir da vocalização do movimento em fontes secundárias, notamos que a construção de uma rede internacional de feminismos constitui o cerne do projeto político da MMM. Vejamos portanto algumas vozes da MMM falando sobre objetivos do movimento:

Nós da MMM desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos (Nobre e Faria, 2003, p.625)

[Dentre os objetivos primeiros da MMM consta] pressionar os governos e principais decisores internacionais a efetuar mudanças para melhorar a vida das mulheres (...) Os grupos participantes que aderem aos objetivos e ao plano de ação global da Marcha permanecem autônomos quanto à organização das ações em seus países [mantendo] o respeito e a valorização da diversidade dos movimentos de mulheres. (Adaptado de Tavares, Bento e Magalhães, 2004, p.12)

Para nós, não existe uma separação ou hierarquia entre um movimento de mulheres e um movimento de feministas. É a partir de um forte movimento de base, popular, do campo e da cidade que poderemos construir uma prática feminista que seja parte das lutas por mudanças. Com a participação, formação e radicalização, o conjunto das mulheres vai incorporando de forma mais consciente e explícita o feminismo. A experiência feminista é de construção de uma nova identidade coletiva das mulheres e de seu reconhecimento como sujeitos. Isso significa também forjar uma nova subjetividade, de desmercantilização da sexualidade e de autonomia. E é como parte dessa visão que o feminismo se posiciona sobre a necessidade de coerência entre vida privada e pública, e de construção de novas relações. A existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e nossa vida pessoal, nosso cotidiano, precisa ser reconhecida e enfrentada de forma crítica. (Marcha Mundial das Mulheres, <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/> acesso em jun/2016)

Vamos analisar essas vozes que nos explicam quais os objetivos da MMM e a especificidade da experiência brasileira. O primeiro destaque, como já colocamos, é a intenção consciente de se formar uma rede internacional de feminismos, e mais que isso, de mulheres num geral, organizadas em torno de um mínimo comum, capaz de pressionar entidades responsáveis por políticas internacionais, em torno das demandas femininas.

Destacamos também, como parte do projeto político da MMM, o respeito a diversidade. Não se pretende unificar, colonizar ou descaracterizar ações e movimentos locais, mas sim colocá-los em constante diálogo, e promover a visibilidade no campo político de várias posições femininas em diferentes sociedades dispersas em todos os

continentes.

Por outro lado, há um outro objetivo: a construção de um “sujeito coletivo” feminista. Este é incorporado à perspectiva de diversos movimentos sociais que participam da rede, o que indica algum nível de contradição, ou pelo menos um problema a ser pensado pelas feministas, pois internamente a MMM valoriza e respeita as diversas perspectivas e demandas locais, mas por outro lado há a necessidade de criar uma nova subjetividade coletiva da mulher.

Além disso a MMM faz parte do que Nobre e Faria (2003) chamaram de “movimento anti-globalização”, portanto é uma rede conectada a outras redes, como o Fórum Social Mundial e a Via Campesina. Faz parte do projeto político da MMM rever as fronteiras entre o público e o privado, o que ilustra o alinhamento da MMM com as teorias políticas feministas, que questionam constantemente essa divisão. A MMM cumpre essa função, portanto, de questionar os limites entre público e privado para espaços políticos diversos, não apenas entre feministas.

Portanto, a MMM aproxima o feminismo intelectual das ações e organizações locais, de base, populares. Se a luta da MMM visa incorporar um novo sujeito político nas cenas políticas global e locais – identificado como feminista – então no plano da interpretação teórica, a marcha age no que Gramsci chama de *guerra de posições*. Para Carlos Nelson Coutinho a “progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base para novos avanços” (Coutinho, 1979, p.44). Entendemos que conquistar “posições firmes” requer transformações no plano político e sobretudo cultural, e o associativismo civil, sobretudo os movimentos sociais que contestam ordens estabelecidas são fundamentais para esse processo.

Resumimos o projeto político da MMM, portanto, com a seguinte ideia: Um movimento importante para a radicalização da democracia, pois constrói e insere o sujeito coletivo feminista nos espaços políticos, tornando-o visível e articulando, a partir de uma rede de conexões, várias demandas de mulheres do mundo todo.

Nesse trânsito das feministas no espaço social dos associativismos civis, não apenas a MMM constrói seus repertórios de ação levando em conta as especificidades das associações parceiras, mas estas associações também se empoderam do feminismo e o incorporam em seus projetos políticos. Os projetos políticos são, portanto, construídos nas relações, e nesse sentido as redes que promovem de alguma forma uma democracia agonística, favorecem o empoderamento de mais perspectivas nessa construção.

No quadro 1 da página seguinte listamos as associações civis que participam da construção da MMM no Brasil. Essas organizações – e outras que são mais orgânicas a

MMM e que não constam nessa primeira tabela – foram selecionadas por um conjunto de critérios que apresentaremos no capítulo seguinte, onde analisaremos a formação da rede da MMM.

Por hora nos interessa pensar nos projetos políticos de cada uma dessas organizações. Nota-se que a maioria das organizações definem seus projetos político por ideologias políticas do campo da esquerda, sendo que os projetos democráticos participativos, socialistas e feministas, são os mais comuns. Para compreender cada um desses três grandes projetos e os demais presentes na rede de conexões da marcha, vamos pensar em termos de forma e conteúdo do Estado.

Os projetos políticos do tipo “democrático participativo” são aqueles que pressupõe a construção contra-hegemônica de movimentos que direcionam para o Estado demandas diversas e expressivas de suas posições sociais. São movimentos sociais que pretendem interferir no conteúdo do Estado, de maneira que este incorpore interesses de setores sociais marginalizados e não representados pela política institucional. Também pretendem interferir na forma do Estado, tornando-o mais democrático, valorizando instituições democráticas

Os projetos políticos “socialistas” e todos que anexam ao socialismo alguma outra denominação (Socialismo Democrático, Feminismo Socialista) são guiados num geral, pelo Socialismo Científico. Exceto o PT³⁴, as outras associações também se constituem em movimentos contra-hegemônicos, porém pretendem transformar a forma do Estado, mais que seu conteúdo imediato. Neste projeto político defende-se a ideia de que o sistema econômico capitalista reflete em opressões sociais que hierarquizam as pessoas, por classe em primeiro lugar, mas também por outros fatores, como sexo, gênero, raça, território. Os projetos políticos socialistas visam uma nova sociedade, baseada em outro

Quadro 1 – Clivagens da MMM e Projetos Políticos

Movimento/ Coletivo	Tipo de associativismo³⁵	Área de atuação por função	Projeto Político
Marcha das Margaridas	Movimento Social	Mobilizar mulheres do campo e das florestas	Democrático Participativo e Feminismo Socialista
Marcha das Mulheres Negras	Movimento Social	Mobilizar mulheres negras	Democrático Participativo e Descolonização do Feminismo
Fórum Social Mundial	Fórum / Movimento Social	Articular setores da sociedade civil global	Democrático Participativo

³⁴ O PT, mesmo sendo um partido de presença no Estado, ainda é composto por tendências de base, que são mais próximas do que chamamos de projeto político socialista. “Socialismo Democrático” é uma autodefinição contida no website do partido (<http://pt.org.br>). Para distinguir tendências e divisões no interior do PT indicamos o texto de Pedro Floriano Ribeiro “Changing for Victory (and government): understanding the transformation of the workers' party via an organizational approach” (2012).

³⁵ Associativismo civil é uma categoria teórica que expressa maneiras distintas de organizar uma ação coletiva, entre indivíduos que compartilham de iguais condições sociais, políticas e/ou econômicas, em sociedades civilizadas. Na linha de Tonet, tais agremiações associativas são como um “sujeito produtor e produto da própria história e do destino da coletividade através das relações que estabelece com a natureza, mediante seu trabalho, e com os demais indivíduos” (TONET, 2007, apud SANTOS, 2014, p.50).

Central Única dos Trabalhadores	Central Sindical	Organizar, representar sindicalmente e dirigir lutas de trabalhadores (as)	Democrático Participativo
Sempre Viva Organização Feminista	ONG	Prestar Assessoria e Formação Feminista	Feminismo Socialista
Frente Brasil Popular	Movimento Social	Articular setores populares contra o conservadorismo e golpismo	Democrático Participativo
APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná	Sindicato	Organizar e representar sindicalmente, os/as trabalhadores/as da educação no Paraná	Democrático Participativo, Anticapitalista e Antiimperialista
Partido dos Trabalhadores	Partido Político	Organização de representação no campo político institucional	Socialismo Democrático
Organização das Nações Unidas	<i>Não se enquadra nesta categoria</i>	Articular Nações com base na paz e no desenvolvimento	Liberal
Movimento Sem Terra	Movimento Social	Mobilizar trabalhadores do campo	Reforma Agrária e Socialismo
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura	Confederação	Articular instâncias representativas de trabalhadores do campo e das florestas	Democrático Participativo
Movimento dos Atingidos Por Barragens	Movimento Social	Mobilização de pessoas atingidas por obras de empresas de geração de energia	Democrático Participativo e Socialista
Rede Latino americana de mulheres transformando a economia	Movimento Social	Mobilizar feministas em torno da economia feminista	Feminismo Socialista
Via Campesina	Movimento Social	Articular e Mobilizar camponeses em escala global	Democrático Participativo e Socialista
Amigos da terra internacional	ONG	Desenvolver programas e ações reivindicatórias	Democrático Participativo
Consulta Popular	Partido Político	Constituir um Partido contra-hegemônico	Socialista
Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto	Movimento Social	Mobilizar mulheres na luta pelo aborto	Democrático Participativo – Feminista
Cúpula dos Povos	Evento paralelo a Rio+20	Criar espaços articulação de movimentos sociais	Democrático Participativo
Centro Feminista 8 de março	ONG	Organizar as feministas e promover formação	Feminismo Socialista

Fonte: Elaboração da autora

modelo de produção e distribuição, portanto esses movimentos, mesmo direcionando suas demandas ao Estado de maneira a participar e democratizar seu conteúdo, possuem objetivos revolucionários, e constroem suas agendas guiados por esses ideais.

Os projetos políticos feministas são aqueles alinhados a um mínimo denominador comum da condição de ser mulher. Considerando que o patriarcalismo é um fator de hierarquização social, e que sua presença nas sociedades modernas capitalistas é um *continuum* na história das civilizações, os movimentos feministas lutam, antes e sobretudo contra a dominação expressa pela ordem patriarcal. As feministas pretendem transformar mais o conteúdo do Estado do que sua forma, numa perspectiva mais imediata de seus

repertórios.

Além disso, pretendem-se transformações profundas no plano das formações culturais, dado o reflexo que o patriarcalismo tem nos comportamentos e ações individuais e coletivas. São muitos os projetos políticos dentro de algo mais geral que chamamos de projeto feminista, mas a luta contra os resultados da opressão patriarcal dá uma unidade e torna possível falar em projeto político feminista.

Além destes, as organizações da rede de relações da MMM nos indicam outros projetos interessantes de serem pensados. Por exemplo, o projeto político de descolonizar os movimentos sociais, busca valorizar outras teorias e outros movimentos que saiam do circuito Europa/E.U.A. Os projetos que se definem como anticapitalista e antiimperialista são mais radicais, e trazem para a cena política o debate da dominação global do sistema capitalista, que empobrece, oprime e marginaliza pessoas e nações inteiras.

E por ultimo o projeto político liberal, representado na nossa rede pela ONU. Nesse caso, a MMM se relaciona com essa associação de forma a pressioná-la, pois a compreende como uma entidade importante na construção de políticas para mulheres, e capaz de gerar transformações nos conteúdos de várias formações estatais, de países distintos e locais específicos.

Classificamos o projeto político da ONU como liberal levando em conta o contexto de sua fundação, alinhada aos valores do liberalismo científico, mas também a algum tipo de humanismo, que torna possível reverter alguns problemas criados pelas opressões do sistema capitalista. Portanto, os movimentos que se relacionam com a MMM possuem projetos políticos que, de alguma forma, estão abertos as reivindicações das mulheres, proporcionando espaços de convergência.

2.3 Conexões de Interesses, Opiniões e Perspectivas plurais

Para Iris Marion Young existem “três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada”, interesses, opiniões e/ou perspectivas (Young, 2006, p.158). A autora busca analisar o processo de representação na esfera do Estado, no entanto, quando trazemos esse debate para a esfera civil, percebemos que nela também há um nível de representatividade.

Os movimentos representam grupos sociais, posicionados na estrutura hierárquica da sociedade, de acordo com a classe, o sexo, o gênero, a raça, a etnia, o território etc. A distinção que Young faz entre “falar por” e “falar como” (2006, p.149) é mais complexa

quando se trata de um nível de representatividade na esfera civil.

Os movimentos, geralmente, são vistos como os que “falam como”, no entanto, muitos dos que falam pelo movimento, falam na verdade “por”. Isso ocorre pois há um fator interessante que se constitui numa constante nos movimentos sociais: a presença de intelectuais, que geralmente vocalizam o movimento, e os representam em espaços democráticos.

Mesmo assim existe legitimidade, pois o movimento em si trata legitimar suas líderes, que são reconhecidas pela base do movimento. Quando uma mulher branca, de classe média, intelectual, fala em espaços políticos sobre a condição da mulher negra ou das trabalhadoras domésticas por exemplo, a fala não é exatamente da pessoa que está falando, é antes a fala do próprio movimento. Melissa Willians (apud Young, 2006, p. 164) defende que a “representação vocal ressoa a ideia de perspectiva social”. Nesse sentido, a voz do movimento expressa perspectivas compartilhadas.

Defendemos a ideia de que há um projeto político geral da MMM, mesmo que nele outros projetos sejam comportados. Este projeto é apresenta interesses, opiniões e perspectivas, portanto antes de irmos para a tabela que ilustra esses três níveis de representação da MMM vamos definir o que significa cada um desses itens. Defino “interesse como aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações (...) faz parte do processo de livre associação na democracia comunicativa que as pessoas tenham liberdade de (...) se organizar com outras pessoas que tenham interesses similares. (...) Defino “opiniões” como os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa (...) todo juízo ou crença sobre como as coisas são ou devem ser (...) A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. (Young, 2006, p.158-169)

Na tabela 2 na página seguinte podemos visualizar os interesses, opiniões e perspectivas da MMM no Brasil, o que nos ajuda a compreender o sentido geral do seu projeto político. As opiniões, que dependem de uma questão qualquer, pública ou privada, são muito diversas, portanto optamos em destacar a opinião a respeito de o que seria um movimento feminista capaz de efetivar reais mudanças na vida das mulheres de todo o mundo, ou seja, sobre forma de organização. Observe que o interesse geral é formar uma organização feminista internacional que na opinião da MMM deve plural e dialógica, na perspectiva de classe e gênero, de forma abrangente.

Quadro 2 .Interesses, Opiniões, Perspectivas da MMM			
Movimento	Interesses	Opiniões	Perspectivas

MMM	Conectar problemas locais a um contexto global; pressionar governos locais e entidades internacionais para atender as demandas das mulheres (Alvarez, 2003)	A respeito da formação organizacional: Solidariedade, Internacionalismo, diálogo com outras associações convergentes.	Mulheres Trabalhadoras do campo, da cidade, das florestas, inseridas em contextos distintos, de diferentes países.
-----	---	---	--

Fonte: Elaboração da autora

Com base no que é vocalizado pela MMM, através do *website* do movimento no Brasil, destacamos, na tabela 3 abaixo, os interesses, opiniões e perspectivas da marcha, a respeito de suas principais demandas.

A partir destes dados, conseguimos compreender um pouco mais sobre a formação das conexões entre a MMM com outras associações civis. Primeiro por que a MMM acredita que há uma liga entre as mulheres do mundo todo, não apenas entre as feministas. Essa “liga” existe por que o patriarcalismo associado ao capitalismo posiciona as mulheres no meio social, reproduzindo hierarquias de gênero e reforçando as oposições entre público e privado.

Nesse sentido, desde o início a intenção é se tornar um movimento alterglobal, que tenha espaço para todas as vozes de mulheres, que expressam suas demandas locais. As demandas locais ficam em paralelo com as demandas mais gerais do feminismo, portanto a intenção vocalizada do movimento, não é homogeneizar a diversidade. Isso explica, por exemplo, a relação que a MMM tem com mulheres do campo e da cidade, de todos os continentes. Também explica a forma como a MMM participa do Fórum Social Mundial (FSM).

Os interesses listados no quadro 3 levam a MMM às conexões para além dos movimentos feministas e de mulheres. Pautar a desmilitarização e paz é estar conectada a um projeto político compartilhado por outros movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, que sofre com a criminalização e com as ações da polícia, bem como o MST. As reivindicações em torno da economia feminista³⁶ aproxima a MMM da Via Campesina, do MST, do MAB, dos movimentos sindicais, das redes de movimentos populares, que lutam por saúde, moradia, etc. Mesmo sempre focando na condição da mulher, a MMM não perde de vista a condição humana, na perspectiva do projeto político do Feminismo Socialista.

³⁶ SOF, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. (FARIA, N. NOBRE, M. COELHO, S. MARCELINO, M.F) Para entender a economia feminista e colocar a logica da vida em primeiro lugar. São Paulo: 2014.

Quadro 3. Interesses, Opiniões, Perspectivas da MMM – Principais demandas			
Demandas	Interesses	Opiniões	Perspectivas
Autonomia econômica das mulheres	Fazer com que as mulheres sejam provedoras de seu próprio sustento, com melhores salários e acesso à previdência e a serviços públicos	Existem restrições à autonomia econômica das mulheres, sobretudo por serem as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo.	Das mulheres organizadas em torno da “Economia Feminista”, crítica às determinações do mercado capitalista.
Bem comum e serviços públicos	Defesa de serviços públicos que atendam as necessidades básicas da população.	As privatizações fragilizam as condições de vida das pessoas e agredem o meio ambiente.	Das frações mais empobrecidas nos processos sociais. Dos movimentos como MST e MAB.
Paz e desmilitarização	Redução das despesas militares e o fim dos conflitos econômicos; a punição de homens que violentam mulheres em contextos de guerra.	Muitos conflitos armados são lucrativos, podem ser chamados de conflitos econômicos. Tais conflitos fortalecem a instituição militar, que reforça atributos ligados ao masculino. As mulheres ficam com ônus, psíquico, social, físico e econômico dos processos de guerras.	Dos povos nativos que vivem em ambientes de conflitos. Povos do oriente médio, da África, das periferias urbanas e nos meios rurais, sobretudo as mulheres.
Fim da violência contra mulheres	A violência contra as mulheres é estrutural, e sua reprodução é inerente aos sistemas patriarcal e capitalista. É usada para controlar as vidas das mulheres, mantendo as posições de hierarquia de gênero.	A masculinidade está associada a agressividade, e as instituições vão reproduzindo este padrão. A violência contra as mulheres e a misoginia se intensifica na medida em que os atores e políticas da globalização neoliberal se afirmam na economia	De todas as mulheres do mundo.

Fonte: Elaboração da autora

A luta pelo fim da violência contra mulheres expressa o mínimo denominador comum, dado os altos níveis de feminicídio, de estupro e de várias outras formas de agressões de mulheres ao redor do mundo.

Mulheres do mundo todo se mobilizam em torno desta pauta, e a MMM serve, nesse contexto, como ponto de convergência entre esses movimentos. No Brasil a MMM se conecta com as Promotoras Legais Populares, a Marcha das Mulheres Negras, a Sempre Viva Organização Feminista e o Centro Feminista 8 de março, por exemplo.

2.4 Mulheres em Rede Radicalizando a Democracia

Achamos pertinente e interessante trazer para esta investigação a teoria de Mouffe posta em *El Retorno de lo Político* sobre o processo de radicalização da democracia. Para essa filósofa da política, a pluralidade de posições dos sujeitos sociais põe o desafio à

democracia de estabelecer contornos institucionais e civis capazes de satisfazerem as necessidades de várias pessoas em condições diversas.

Compreendemos que a radicalização da democracia é um processo efetivo de alguns grupos ligados à estratégia socialista, mas não todos. Por exemplo, a MMM é um movimento que hipoteticamente favorece e luta pela radicalização da democracia, pois dá voz as especificidades, mas articula numa unidade essa diversidade.

Outros movimentos de esquerda, como partidos políticos extremistas, tomam postura mais sectária, e muitas vezes preferem pensar em termos de ditadura do proletariado, subestimando etapas democráticas necessárias para transições políticas e econômicas. Raul Burgos, sobre esse processo coloca que

El concepto de democracia define el “objetivo estratégico final”, la sociedad “socialista”, que es pensada como “radicalización de la democracia”, esto es, como expansión – continua e ilimitada- y superación – mediante diversas prácticas de democracia política participativa, de ampliación de los espacios de actuación de la sociedad civil y de implantación de una democracia social- de los elementos ya presentes en la democracia representativa burguesa; una construcción histórica que envuelve la acción de grandes contingentes sociales, un proceso que nace de la propia experiencia de los sectores subalternos dejando, portanto, la forma mesiánica que este concepto tenía en las anteriores generaciones de izquierda. (Raul Burgos, 1997, p.17)

Portanto, a radicalização da democracia é uma metodologia mais contemporânea, diferente das teses táticas clássicas da esquerda, advindas das experiências Cubana e Soviética principalmente. Nela a pluralidade de atores sociais é mantida, e num processo democrático agonístico, a democracia toma proporções que diferem das fórmulas clássicas do liberalismo. Esse processo é visível na MMM.

Carlos Nelson Coutinho, também na esteira gramsciana que “a necessidade que o processo de renovação democrática proceda de baixo para cima” consolida e amplia “uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos” (Coutinho, 1980, p.44). O autor, que investiga a relação entre socialismo e democracia frisa que “a democracia socialista é uma democracia pluralista de massas” (Coutinho, 1980, p.40). Portanto, na medida em que se valoriza a singularidade das posições sociais, mesmo em espaços de articulação de interesses, cria-se um ambiente propício para as organizações com projetos socialistas que visem avanços democráticos para além da cartilha do liberalismo.

Portanto para passarmos para o próximo capítulo, onde apresentamos os contornos das conexões da rede formada pela MMM no Brasil, retomaremos a importância de se pensar esse objeto sob o prisma teórico das concepções das teorias feministas e das leituras gramscianas dos movimentos sociais.

O percurso dos feminismos no Brasil seguiu um roteiro clássico, à moda europeia e estadunidense, que passou das agendas liberais e de perspectivas de mulheres privilegiadas, passando pela ação das sindicalistas, pautando questões trabalhistas.

No entanto, algumas singularidades na formação de nosso campo político e social diferenciam a experiência das feministas brasileiras com as ondas clássicas do feminismo. O contexto em que a MMM chega ao Brasil estava marcado pela ascensão e fortalecimento dos movimentos populares.

3. Rede de Conexões da MMM – Uma análise empírica de seu potencial articulador

A expressão “redes de movimentos sociais” foi estabelecida a partir de estudos científicos das Ciências Sociais para designar as novas formas, contornos e dimensões das ações e da organização dos movimentos sociais, sobretudo no período da e pós a mundialização do capital – também chamado de globalização. Scherer-Warren lembra que, a partir da década de 90, estudiosos dos movimentos sociais focam em compreender o novo fenômeno que despontava na América Latina e no mundo, “as interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional)” (SCHERER-WARREN, 2011, p.22). Segundo a autora

trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos diante diversas práticas de democracia política participativa (Scherer-Warren, 2011, p.23)

Antes de analisar a rede de conexões da MMM no Brasil vamos retomar a hipótese que levantamos neste estudo. Defendemos que a MMM cumpre um papel articulador entre várias associações civis. Desde o início da sua formação, o objetivo da marcha era mesmo de criar uma rede de movimentos sociais, que fosse capaz de mobilizar pessoas e grupos sociais em torno das demandas das mulheres.

Minha pergunta central é se isso ocorreu na prática, e se sim, como esse processo se desdobra na experiência da MMM no Brasil. Importante destacar que o Brasil cumpriu um papel chave desde a primeira reunião de formação da MMM, portanto é um país que ilustra o processo de conectividades da Marcha Mundial de Mulheres.

Para verificar esse potencial articulador da MMM no Brasil, optamos em fazer uma análise de redes sociais. Essa metodologia é interessante para “investigar grupos de atores individuais e coletivos e, especialmente, os laços que eles estabelecem entre si” (Cervi, Horochovski, Junckes, 2015, p.82). Supomos que se a MMM cumpra a função

articuladora, se isso ocorre, a análise de redes sociais nos permite visualizar graficamente quais organizações a marcha conecta, e quais movimentos ela articula.

3.1 Análise de Redes Sociais – Caracterização dos Nós e das Arestas

Marteleteo (2001, p.70) coloca que não existe um método único de análise de redes sociais, e que estes variam de acordo com a teoria empregada pelo estudioso e também pela matéria empírica. A autora explica que

As redes nas ciências sociais designam normalmente - mas não exclusivamente - os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. É composta de indivíduos, grupos e organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades dos seus membros. (MARTELETO, 2001, p.73).

As redes nas ciências sociais designam normalmente - mas não exclusivamente - os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. É composta de indivíduos, grupos e organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades dos seus membros. (MARTELETO, 2001, p.73).

Partindo do pressuposto que a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil surge e se desenvolve como uma rede de feminismos, optamos por uma metodologia de redes sociais que utiliza um método quantitativo – o uso do software *Gelphi* – para organizar dados qualitativos, levantados a partir de análise das vocalizações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Utilizei o software *Gelphi* para a construção gráfica da rede social. A rede é formada por nós e arestas. Os nós representam as organizações com as quais a MMM estabelece conexão. Cada nó representa um ator coletivo, neste caso um tipo de associação civil.

Classificamos os tipos de associações civis conectadas pela MMM em: movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, ONG, fórum, partido político e confederação. Portanto a rede de conexões permite diálogo com tipos plurais de associativismo civil. Quando os atores da rede, representados pelos nós “estabelece uma ligação de qualquer tipo com outro ator, forma-se uma aresta” (Cervi, Horochovski, Junckes, 2015, p.82).

As arestas representam as relações da MMM com outras entidades civis. Classificamos as relações em tipos: parceiras, espaço de convergência e orgânica; a) as organizações civis parceiras são aquelas que basicamente constroem a ação internacional, que é a principal ação da MMM, que ocorre a cada cinco anos³⁷, algumas parceiras da MMM constroem outras atividades entre as ações internacionais, portanto as organizações parceiras estabelecem relações de peso 1 ou 2; b) os espaços de convergência são organizações civis que proporcionam momentos de cidadania com base no diálogo e na troca, que servem de encontro entre diferentes associações civis, como a Cúpula dos Povos, o Fórum Social Mundial e também como a APP-Sindicato; c) as relações orgânicas são definidas por aquelas entre a MMM e entidades que, de forma permanente, constroem a MMM no Brasil.

Cada tipo de relação tem um peso que varia de acordo com o tipo de relação e também com a análise qualitativa que fizemos, com base em referenciais teóricos e documentais, e também da pesquisa participante que realizei na 4ª ação internacional da MMM em 2015. Portanto podemos ter o seguinte arranjo: Parceiras com peso 1 ou 2, espaço de convergência com peso 1, 2 e 3, e orgânicas com peso 3. O peso 1 são relações restritas a construção da ação internacional, o peso 2 são relações que se estendem a partir das ações internacionais, e o peso 3 são relações que constroem as ações internacionais de forma continuada e também constroem a MMM no plano organizativo.

Antes de apresentarmos uma primeira tabela que ilustra esse quadro de descrição de relações, faremos uma descrição das organizações que compõe a rede de conexões da MMM no Brasil. Identificamos a partir de fontes primárias (principalmente artigos escritos por dirigentes da própria MMM, e de acadêmicas que estudaram a experiência da MMM no Brasil) e fontes secundárias (sobretudo os sítios virtuais da MMM e dos movimentos que aparecem na sua rede de relações) alguns movimentos que mantêm relações muito próximas com a MMM.

Nesse sentido, as entidades civis presentes na rede não são as únicas a comporem a rede de conexões da Marcha Mundial das Mulheres. No entanto destacamos estes vinte e três movimentos por cinco motivos significativos: por representarem coletivos orgânicos à Marcha; por estarem envolvidos com a fundação e constituição das ações da Marcha no Brasil; por serem significativos nas conexões da Marcha no Paraná;

³⁷ Houveram quatro ações internacionais, a primeira em 2000, depois 2005, 2010 e 2015 no Vale do Ribeira/SP, na qual estive presente e pude observar repertórios de ação, presença de lideranças que compõe a rede, discursos e projetos políticos.

por terem sido citados por Nalu Faria, dirigente da MMM no Brasil, em entrevista fornecida a Tornquist e Fleischer (2012); por ser uma rede de movimentos feministas, as militantes e dirigentes da MMM não pertencem, num geral, a MMM, mas possuem militâncias múltiplas em mais de uma associação civil. Com base nesses critérios selecionamos as organizações abaixo, por hora organizadas em ordem alfabética.

Amigos da Terra Internacional (ATI/FOEI), ONG ambientalista fundada em 1971, a proximidade com a MMM ocorreu por conta do debate a cerca da Soberania Alimentar no Fórum de Nyéleni em 2007, onde a conexão entre os dois movimentos começou a ser construída. Construção de agenda conjunta e global³⁸.

APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipal do Paraná (APP). Na direção da MMM no Paraná estão algumas mulheres que também são da direção da APP ou mantêm relação orgânica com o sindicato. A APP constrói as ações da marcha, viabiliza recursos e também é um espaço de vocalização da MMM, através das militantes que transitam nos dois espaços³⁹.

Batucada Feminista. É um coletivo interior e orgânico a MMM. O objetivo é realizar ações de visibilidade da marcha no espaço público. Também interior e orgânico é o *Buteco das Minas*, um coletivo interior e orgânico a MMM. O objetivo é reunir militantes e não-militantes da MMM para discutir temas urgentes da agenda das feministas. Também percebemos que é uma forma de mídia independente, pois os diálogos são gravados e veiculados através do *twitter*⁴⁰.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi através da CUT que a MMM chegou ao Brasil, o que proporcionou estreitamento dos projetos políticos desde o início das ações da marcha no país. A CUT, por participar organicamente do FSM e da MMM, é uma central sindical voltada a construção de um movimento alterglobal e plural⁴¹.

Centro Feminista 8 de Março, é uma ONG que visa conectar as demandas locais das mulheres às demandas globais e interseccionadas. O Centro Feminista 8 de Março é uma das organizações que integra a coordenação executiva da MMM no Brasil.⁴²

Coletivo de Comunicadoras. É um coletivo interior e orgânico a MMM, como a *Batucada* e o *Buteco*. O objetivo é formar um núcleo multiplicador da comunicação da MMM em suas várias instâncias, retratar a diversidade da MMM através de mídias

³⁸ <http://foei.org> e <http://amigosdaterrabrasil.org.br>

³⁹ <http://appsindicato.org.br/>, <https://marchamulheres.wordpress.com/>,
<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

⁴⁰ <https://marchamulheres.wordpress.com/> <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

⁴¹ <https://cut.org.br/> <https://marchamulheres.wordpress.com/> <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

⁴² <http://cf8.org.br/>

comunicativas livres⁴³.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). Também participou da fundação da MMM no Brasil. Organizou a Marcha das Margaridas, como forma de aderência ao projeto político da MMM, a partir de clivagens com outros movimentos de trabalhadores do campo⁴⁴.

Consulta Popular. É um tipo de associativismo civil de difícil definição. Por um lado, sua trajetória esteve sempre em paralelo com trajetórias de movimentos sociais. Por outro lado militantes da Consulta a definem como um Partido Político, mesmo sem registro no TSE. Este “partido” operacionaliza sua política junto aos movimentos sociais, e construir a MMM faz parte da estratégia da Consulta⁴⁵.

Cúpula dos Povos. Evento paralelo a Rio+20, organizado por várias associações civis que representam frações da sociedade mais próximas aos problemas socioambientais atuais. A cúpula apresentou vários contrapontos importantes à política da ONU para a Rio+20. Este acontecimento ilustra como dois projetos políticos coexistem em espaços de construção/aprofundamento da democracia⁴⁶.

Fórum Social Mundial (FSM). O projeto político do Fórum Social Mundial é similar ao da MMM, na medida em que os dois movimentos se definem como altermuldistas e constroem suas agendas a níveis global e locais. A MMM constrói o FSM e este espaço também é fundamental para a construção da MMM, pois proporciona o encontro de várias agendas de movimentos de todos os continentes⁴⁷.

Frente Brasil Popular. É uma rede de movimentos populares que defende a democracia num sentido amplo, a manutenção de direitos historicamente conquistados, e a ampliação da participação política de grupos sub-representados. Além de movimentos também participam partidos, dentre eles o PT. A MMM compõe a frente, que se constitui em mais um espaço de conexões entre associações civis⁴⁸.

Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. A MMM foi uma das organizações fundamentais para a fundação da frente, instrumento importante para a luta pelo aborto no Brasil. A Marcha não apenas apoia participa da direção da frente⁴⁹.

43 <https://marchamulheres.wordpress.com/> <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

44 <https://www.contag.org.br/>

45 <http://www.consultapopular.org.br/>

46 <http://www.rio20.gov.br/> <http://rio20.net/pt-br/events/cupula-dos-povos-por-justica-social-e-ambiental/>

47 http://www.fsm.org.br/_ptbr/

48 <http://frentebrasilpopular.com.br/>

49 <https://frentelegalizacaoaborto.wordpress.com/>

Marcha das Margaridas. Foi uma ação organizada pela CONTAG como forma de adesão à Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. A ação internacional da MMM em 2000 foi protagonizada no Brasil pela Marcha das Margaridas, que depois disso se tornou uma ação permanente que reúne mulheres do campo organizadas num amplo leque de movimentos sociais⁵⁰.

Marcha das Mulheres Negras. A ideia de realizar esta marcha vem desde 2011, mas foi recentemente em 2015, que ela ocorreu. Não sabemos ao certo o grau de relação da MMM com a Marcha das Mulheres Negras, no entanto, na 4ª ação internacional da MMM que ocorreu no Vale do Ribeira e que estive presente, haviam muitas mulheres da MMM envolvidas organicamente na construção da marcha das mulheres negras⁵¹.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Mulheres do MAB participam da MMM e constroem as ações internacionais. A aproximação se deu por interesses comuns das mulheres do MAB e do projeto político da MMM, sobretudo por conta dos conflitos territoriais e soberania alimentar⁵².

Movimento Sem Terra (MST). Mulheres do MST participam da MMM e constroem as ações internacionais, também constroem a Marcha das Margaridas. Assim como o MAB, os interesses compartilhados aproximam essas entidades. Tanto MST e MAB, como a MMM também se conectam, por exemplo, com a Via Campesina, rede que também se propõe a articular movimentos em torno das questões do trabalho no campo e dos povos das florestas⁵³.

Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU é uma entidade formada por representantes de vários países, responsável em estabelecer definições básicas para agendas internacionais em direção à paz e ao desenvolvimento mundial, através de conferências e acordos entre nações. Em 1995 a ONU realizou em Pequim e Conferência Mundial sobre a Mulher, este espaço foi importante para a construção da MMM, pois proporcionou confluência com mulheres de todos os continentes. No entanto, a MMM não é um movimento feminista que se adéqua a cartilha da ONU, mas apresenta contra-argumentações à política da ONU, ainda que reconheça sua importância em termos genéricos para a situação das mulheres no mundo todo⁵⁴.

Partido dos Trabalhadores (PT). No trabalho de campo que realizei, observando a

⁵⁰ <https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw=1>

<https://marchamulheres.wordpress.com/> e <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

⁵¹ <http://mulheresnegrasmarc.wix.com/marchamulheresnegras#!inicio/mainPage>

⁵² <http://www.mabnacional.org.br/>

⁵³ <http://www.mst.org.br/>

⁵⁴ <https://nacoesunidas.org/> <http://www.onumulheres.org.br/> <http://www.un.org/en/index.html>

MMM e as militantes, percebi que a coordenação estadual da MMM no Paraná é composta majoritariamente por mulheres do PT, ligadas à CUT, sendo a maioria trabalhadoras da educação organizadas na APP-Sindicato. É histórica a relação de base que o PT estabelece, tais relações não foram suprimidas depois do partido fortalecer na cena política institucional. O PT e a MMM dividem um grande contingente de militantes e dirigentes. Portanto os projetos políticos devem – hipoteticamente – apresentar algum tipo de alinhamento⁵⁵.

Promotoras Legais Populares (PLPS). É uma ONG que visa assessorar juridicamente mulheres, com o objetivo de aconselhar e promover o empoderamento feminino na esfera do direito. Também é uma entidade em que ativistas da MMM transitam e vice-versa, construindo ações conjuntas⁵⁶.

Rede Latino Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE). A REMTE se engajou desde o início em 1997, na construção da MMM. O FSM foi o espaço que privilegiou o diálogo entre estes setores. Entre os dois movimentos encontra-se a ONG SOF, responsável por articular e assessorar estes movimentos⁵⁷.

Sempre Viva Organização Feminista (SOF). ONG da década de 1980 que presta assessoria a movimentos sociais feministas, sua história nos anos 1990 ocorre em paralelo com a da MMM no Brasil, sendo esta uma das organizações orgânicas à MMM e responsáveis por sua coordenação nacional⁵⁸.

Via Campesina. Movimento social da década de 1990 que também tem dimensão de rede, pois reúne movimentos de trabalhadores do campo e povos das florestas de vários continentes. A proximidade com a MMM não ocorre apenas no Brasil, mas aqui as mulheres da Via Campesina aderiram a construção da MMM sobretudo depois da campanha contra a ALCA em 2002 e pela convergência no FSM⁵⁹.

Estas 23 organizações são, ao nosso entender, constantes e justificáveis na rede de relações da MMM, pois participam de forma vocalizada da construção desse movimento no Brasil, portanto inclinam-se para algumas características do projeto político da marcha. Na 4ª ação internacional da MMM, na etapa do Vale do Ribeira, em 2015, da qual pude participar e observar as atrizes em movimento, e com base em notícias publicadas na internet, sobretudo no *feed* de notícias do site da MMM e realizando buscas

⁵⁵ <http://www.pt.org.br/>

⁵⁶ <http://promotoraslegaispopulares.org.br/>

⁵⁷ Moreno, R. (org.) **Feminismo, Economia e Política: Debates para a construção da igualdade e autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2014. <https://contramachismo.wordpress.com/tag/remte-rede-latinoamericana-mulheres-transformando-a-economia/>

⁵⁸ <http://www.sof.org.br/>

⁵⁹ <http://www.viacampesina.org/es/>

utilizando a tipologia *4ª ação internacional da MMM + entidade da rede*, notamos que, dessas organizações, as únicas que não corresponderam a nenhuma busca, portanto não há nada que comprove a participação da ação mais importante da MMM foi a Frente Brasil Popular, que no período estava em processo de formação, a ONU que, como

Quadro 4: Clivagens da MMM – Nacional e Local (Paraná/Curitiba) – Tipos de Relação

Movimento/ Coletivo	MMM	Tipo de Relação	Força da Relação	Breve descrição da relação
Marcha das Margaridas	MMM	Orgânica	3	Ação proposta pela CONTAG, para adesão a MMM.
Marcha das Mulheres Negras	MMM	Parceria	2	Construção conjunta da marcha.
Fórum Social Mundial	MMM	espaço de convergência	3	Espaço de construção e articulação com outros movimentos sociais. Estratégia similar, movimento alterglobal.
Central Única dos Trabalhadores	MMM	Parceira	2	Mulheres da CUT fizeram o 1º contato da MMM no Brasil. Constroem a Marcha, militantes em comum. Participou da fundação da MMM no BR.
Batucada Feminista/ Fuzarca Feminista	MMM	Orgânica	3	Instrumento Político de expressão da luta da MMM. Núcleo Jovem da MMM.
Coletivo de Comunicadoras	MMM	Orgânica	3	No interior da MMM. São “multiplicadoras do processo comunicativo” da MMM.
Sempre Viva Organização Feminista SOF	MMM	Orgânica	3	Dentro da MMM ocupa a secretaria executiva. Mas também é uma ONG
Promotoras Legais Populares	MMM	Parceira	1	Organização parceira. Militantes em comum.
Frente Brasil Popular	MMM	espaço de convergência	1	Frente articuladora que a MMM participa e constrói
APP-Sindicato	MMM	espaço de convergência	2	Organização parceira. Militantes em comum.
Partido dos Trabalhadores PT	MMM	Parceira	2	Parceria não declarada, no entanto é o partido majoritário dentro da MMM. Participou da fundação da MMM no BR.
Organização das Nações Unidas ONU	MMM	espaço de convergência	2	Organização a qual a MMM direciona demandas globais das mulheres.
Movimento Sem Terra MST	MMM	Parceira	2	Organização parceira, vínculo através da Marcha das Margaridas e da CONTAG.
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura CONTAG	MMM	Parceira	2	Organização parceira, constrói a marcha das margaridas. Participou da fundação da MMM no BR.
Movimento dos Atingidos Por Barragens MAB	MMM	Parceira	2	Organização parceira, constrói as ações internacionais. Militantes em comum.
Rede Latino americana de mulheres transformando a economia REMTE	MMM	espaço de convergência	2	Constrói a MMM desde o início, organização parceira.
Via Campesina	MMM	Parceira	2	Organização parceira, construção de agendas conjuntas
Amigos da terra internacional	MMM	Parceira	2	Organização parceira, constrói as ações internacionais. Militantes em comum.
Consulta Popular	MMM	Parceira	2	Organização parceira, compartilha estratégias políticas. Constrói a MMM. Militantes em comum.
Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto	MMM	Parceira	2	Organização parceira, construção de ações conjuntas, apoio vocalizado
Buteco das Minas	MMM	Orgânica	3	Instrumento Político da MMM. Realiza transmissões de vídeo pelo Twitter
Cúpula dos Povos	MMM	espaço de convergência	1	Espaço de participação e articulação da MMM
Centro Feminista 8 de março	MMM	Orgânica	3	Assessoria e coordenação da e para a MMM

Fonte: Elaboração da autora.

vimos, tem outra natureza de relação com a MMM, assim como a Cúpula dos Povos.

Organizamos estas informações na tabela a seguir, na qual as linhas são os nós, ou então, os atores coletivos, e as colunas são os atributos das relações, ou seja, das arestas.

3.1.1 Georreferenciamento da Rede Social

Nos importa pensar na rede que a MMM estabelece a partir da experiência brasileira. O movimento em sua proporção internacional, tem uma rede infinitamente maior, e se levar em conta formações locais específicas do Brasil, a rede também cresceria. Nossa rede, no entanto, foca nas clivagens nacionais, considerando algumas especificidades locais mais expressivas em Curitiba (as PLPs) e Paraná (APP-Sindicato). Exceto essas duas organizações, as outras tem proporção relacional nacional. O gráfico a seguir nos indica como essa rede está projetada no espaço territorial – ou georreferenciada.

Figura 1. Georreferenciamento da Rede da MMM no Brasil



Fonte: elaboração da autora

As entidades civis foram localizadas no mapa de acordo com seu local de origem. Na tabela a seguir organizamos os dados que importam para essa formação gráfica. A partir deste georreferenciamento visualizamos com mais facilidade que a MMM assume um papel conector, e que o projeto político de formação de rede de movimentos em torno das demandas das mulheres ocorre no Brasil. Certamente – imaginando possíveis continuidades dessa pesquisa – se referenciássemos em mapa as conexões da MMM em outros países, chegaríamos a visualizar uma rede de fato alterglobal, na qual entidades civis brasileiras estariam também conectadas, dado o ponto central que a MMM tem nesse processo.

Tabela 1 – Atributos do Georreferenciamento					
Organização	Local de Origem	Latitude	Longitude	Ano de surgimento	Local de Origem
FOEI	Porto Alegre/RS	-30.0330600000	-51.2300000000	1989	Porto Alegre/RS
APP	Londrina/PR	-23.3102800000	-51.1627800000	1989	Londrina/PR
Batucada Feminista	No FSM Porto Alegre/RS (com as mulheres da MMM do RN)	-30.0330600000	-51.2300000000	2003	No FSM Porto Alegre/RS (com as mulheres da MMM do RN)
Buteco das Minas	Sao Paulo/SP	-23.5475000000	-46.6361100000	2012	Sao Paulo/SP
CUT	Sao Bernardo do Campo/SP	-23.6938900000	-46.5650000000	1983	Sao Bernardo do Campo/SP
Centro Feminista 8 de marco	Mossoro /RN	-5.1875000000	-37.3441700000	1993	Mossoro /RN
Coletivo de Comunicadoras	No 9 encontro internacional da MMM Sao Paulo/SP	-23.5475000000	-46.6361100000	2013	No 9 encontro internacional da MMM Sao Paulo/SP
CONTAG	Nucleo Bandeirantes/DF	-15.7797200000	-47.9297200000	1963	Nucleo Bandeirantes/DF
Consulta Popular	Brasília/ DF	-15.7797200000	-47.9297200000	1997	Brasília/ DF
Cupula dos Povos	Rio de Janeiro / RJ	-22.9027800000	-43.2075000000	2012	Rio de Janeiro / RJ
FSM	Porto Alegre/RS	-30.0330600000	-51.2300000000	2001	Porto Alegre/RS
Frente Brasil Popular	Belo Horizonte/MG	-19.9208300000	-43.9377800000	2015	Belo Horizonte/MG
Frente Nacional contra a criminalizacao das mulheres e pela legalizacao do aborto	Sao Paulo / BR	-23.5475000000	-46.6361100000	2008	Sao Paulo / BR
Marcha das Margaridas	Brasilia/DF	-15.7797200000	-47.9297200000	2000	Brasilia/DF
Marcha das Mulheres Negras	Brasilia/DF	-15.7797200000	-47.9297200000	2015	Brasilia/DF
MAB	RS e SC	-30.0330600000	-51.2300000000	1979	RS e SC
MST	Cascavel/PR	-24.9558300000	-53.4552800000	1984	Cascavel/PR
ONU	Sao Francisco/ California/EUA	37.7749300000	-122.4194200000	1945	Sao Francisco/ California/EUA
PT	Sao Paulo/SP	-23.5475000000	-46.6361100000	1980	Sao Paulo/SP
PLPS	Sao Paulo/SP	-23.5475000000	-46.6361100000	1993	Sao Paulo/SP
REMTE	Sem local especifico / America Latina	-15.7797200000	-47.9297200000	1997	Sem local especifico / America Latina
SOF	Sao Paulo/SP	-23.5475000000	-46.6361100000	1980	Sao Paulo/SP
Via Campesina	Mons/ Belgica	50.4541300000	3.9522900000	1993	Mons/ Belgica
MMM	Quebéc/Canadá	46.8122800	-71.2145400	1995	Quebéc/Canadá

Fonte: elaboração da autora

3.2 Análise de Redes Sociais – As conexões em Rede da MMM no Brasil

Como sabemos a MMM foi fundada em 1995, pela Federação de Mulheres do Québec, que projetaram um movimento feminista alterglobal, por entender que as condições de opressão vividas pelas mulheres, assim como pelos trabalhadores e trabalhadoras, era de proporção mundial, e que mesmo apresentando especificidades, pode-se perceber um mínimo comum: a globalização do mercado capitalista também representa a globalização dos problemas sociais, políticos, ambientais que esse modelo produtivo gera.

Muitos movimentos sociais na década de 1990 organizaram-se motivados por essa conexão de problemas advindos da globalização do capital. Cria-se a necessidade de uma conexão contestatória também mundial, entendendo que o capitalismo e suas formas de estabelecer ordens hierárquicas com base no gênero, na cor, e sobretudo na classe social, tem proporção global, portanto trabalhadoras (es), mulheres, negros, povos nativos, gays, compartilham de posições de mesma raiz econômica, mas com arranjos culturais específicos e diversos. Nesse sentido “articular” e “conectar” fazem parte do projeto político da MMM.

Para verificar se a Marcha Mundial das Mulheres têm função articuladora na sua formação brasileira, utilizamos portanto o método da análise de redes sociais, nele, nós são as organizações, arestas as relações, e 1,2 ou 3 o peso das relações em ordem crescente. Essas informações, quando inseridas no Gephi geram quatro tipos de informações/medidas que são interessantes para analisar nossa hipótese: grau, grau ponderado, centralidade de proximidade, centralidade de intermediação, que podem ser definidas das seguintes formas

O grau é uma medida da influência direta que um vértice tem em relação a seus contatos, a proximidade está relacionada com o tempo que uma informação leva para ser compartilhada por todos os vértices na rede, e a intermediação de um vértice pode ser considerada como o controle da comunicação entre todos os demais pares de vértices da rede. As medidas de centralidade de proximidade e centralidade de intermediação são baseadas na suposição que a informação (ou qualquer conteúdo da ligação) é 3 transmitida somente ao longo dos possíveis caminhos mais curtos, denominados geodésicas. (Freitas, 2010, p.2)

Portanto compreendemos o grau ponderado como um somatório dos pesos das arestas, ou das relações que estão ligadas aos nós, a centralidade de proximidade como uma média das arestas, que indica o alcance de um nó, ou a força de uma relação, e a centralidade de proximidade que representa a quantidade de vezes que um nó aparece entre outros dois nós, portanto, este é o dado que mais nos interessa, pois intermediação

é uma conectividade. Vamos ver na tabela a seguir:

Tabela 2: Grau, Grau Ponderado, Centralidade de Proximidade e de Intermediação

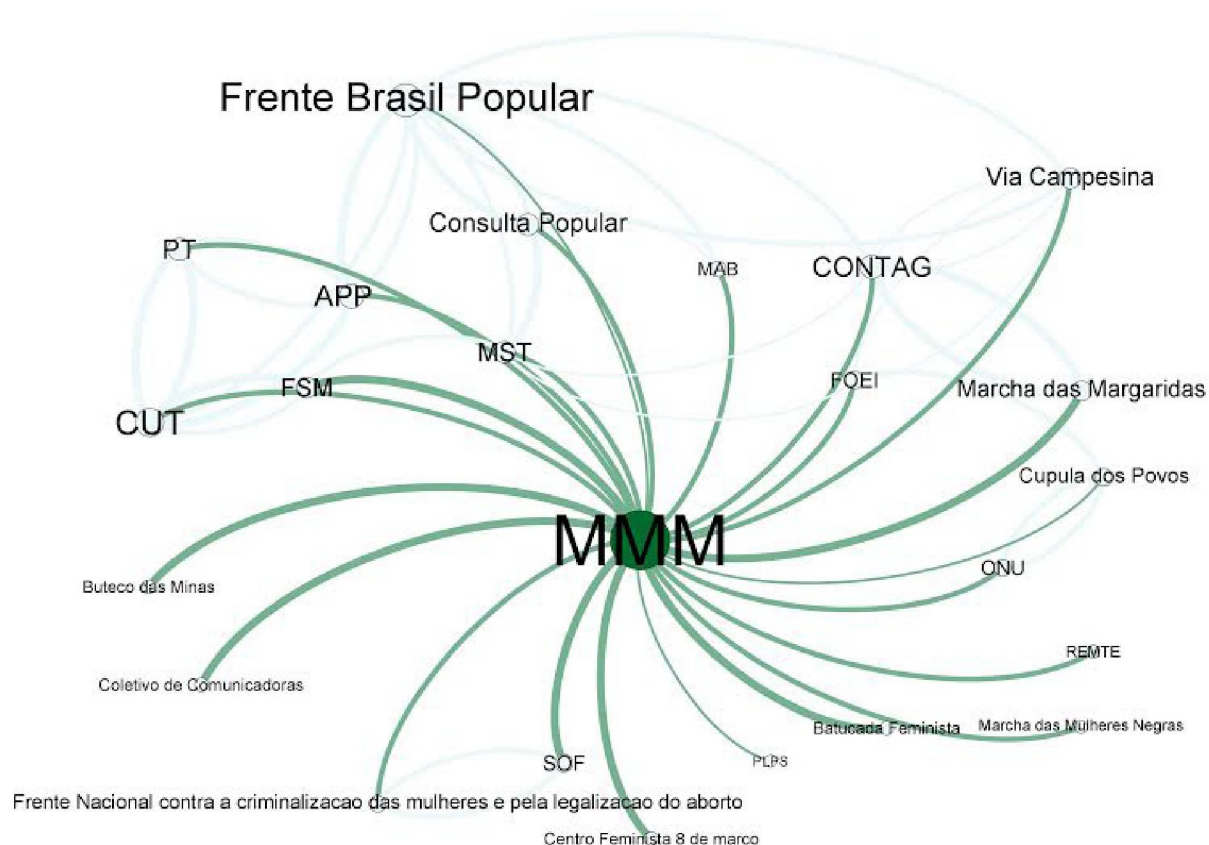
Associativismo	Grau	Grau ponderado	Centralidade de proximidade	Centralidade de Intermediação
MMM	23	50.0	1.0	0.8275456427630341
Frente Brasil Popular	11	23.0	0.6052631578947368	0.036636551853943156
MST	6	11.0	575	0.011198945981554678
CONTAG	7	13.0	0.5609756097560976	0.00956145303971391
CUT	7	18.0	0.5609756097560976	0.008902691511387164
FOEI	5	7.0	0.5476190476190477	0.005740636175418783
Via Campesina	7	10.0	0.5476190476190477	0.005270092226613965
Cupula dos Povos	4	7.0	0.5348837209302325	0.0026350461133069825
APP	6	14.0	0.5476190476190477	0.002258610954263128
FSM	4	10.0	0.5348837209302325	0.001976284584980237
Consulta Popular	5	11.0	0.5476190476190477	0.0013175230566534913
Marcha das Margaridas	3	9.0	0.5227272727272727	0.0
SOF	3	7.0	0.5227272727272727	0.0
Frente Nacional contra a criminalizacao das mulheres e pela legalizacao do aborto	3	6.0	0.5227272727272727	0.0
ONU	3	6.0	0.5227272727272727	0.0
MAB	3	5.0	0.5348837209302325	0.0
Batucada Feminista	1	3.0	0.5111111111111111	0.0
Buteuco das Minas	1	3.0	0.5111111111111111	0.0
Centro Feminista 8 de marco	1	3.0	0.5111111111111111	0.0
Coletivo de Comunicadoras	1	3.0	0.5111111111111111	0.0
Marcha das Mulheres Negras	1	2.0	0.5111111111111111	0.0

Fonte: Elaboração da autora

Sabemos que há uma arbitrariedade quando se trata de organizar dados utilizando ferramentas estatísticas, portanto, na medida em que nos inclinamos a estudar e interpretar a MMM, esta ganha centralidade na composição de dados. No entanto, é inegável, a partir dessa tabela, que a MMM cumpre uma função de articular demais associações civis, qualitativamente sabemos que essa articulação tem por fundamento fazer com que as demandas das mulheres de todo o mundo, numa perspectiva de classe, chegue a vários países de todos os continentes, não apenas para empoderar as mulheres do feminismo, mas também para empoderar as associações civis em torno dele.

A tabela apresentada por ultimo está organizada por potencial de centralidade de intermediação, portanto verificamos que a MMM aparece em primeiro, sendo o nó que mais aparece entre outros nós, cumprindo assim uma função de conectividade entre movimentos. Vamos ver como isso fica representado na rede em si:

Figura 2: Rede Social da MMM no Brasil



Fonte: elaboração da autora

Vamos então, destacar algumas das conexões que são fundamentais para compreender o potencial articulador da MMM no Brasil. Fica visível neste grafo como a MMM na sua trajetória brasileira de fato cumpre uma função de articuladora. Conectada a vários movimentos sociais e outros tipos de associativismos civis. As arestas que saem da MMM tem peso 1, 2 ou 3, graficamente isso se expressa pela espessura das arestas.

Além disso podemos ver que existem conexões também diretas entre os outros nós, o que indica que há uma convergência nos projetos políticos e em alguma medida, nos interesses, nas opiniões e/ou nas perspectivas das entidades que compõe essa rede. Num geral, a rede articula organizações da esquerda política, na perspectiva de classe, gênero ou raça. Há um fluxo de ideias e ações entre a MMM e as entidades convergentes.

Hipoteticamente isso faz chegar a discussão sobre aborto travada pela Frente Nacional pela Legalização do Aborto e pela SOF, por exemplo, até a ONU, ou até o MST, onde o contexto (e a perspectiva) das mulheres é outro, e portanto seus interesses também são distintos.

Além disso, olha-se para as agências internacionais como pontos de pressão. Portanto, o trânsito não ocorre apenas entre movimento e Estado, mas também entre movimentos e entidades internacionais. A ONU, nesse caso, por ser uma associação com representação em vários países, e por sua política de paz e contenção de conflitos, é uma instância que a MMM direciona suas vozes, e pressiona para que haja maiores perspectivas na efetivação de políticas voltadas para mulheres, em contextos plurais. Nesse caso, as conferências da ONU foram usadas, pela MMM como um espaço privilegiado para se conectar com outras mulheres, com outros movimentos sociais, e assim capilarizar ainda mais a rede da MMM. Achamos importante destacar isso por e nossa rede a ONU aparece pequena, portanto carece de uma análise mais qualitativa.

A Via Campesina, a REMTE, o FSM, o FOEI, e a Cúpula dos Povos fazem interface com outras associações civis de tipos diversos internacionalmente. São espaços que compartilham a ideia de que a globalização estabelece uma ordem social mundial que oprime frações sociais num recorte geralmente de classe, raça, gênero etnia. Seus projetos são críticos ao capitalismo, pois apontam para as violações do sistema no plano da vida social. São, portanto, espaços de fluxo entre uma grande pluralidade de opiniões, interesses e perspectivas. Scherer-Warren (2006), defende que a noção de “solidariedade” ganha mais espaço nas redes de movimentos sociais.

Mouffe (1999) numa perspectiva filosófica, coloca que a sociedade plural requer uma democracia agonística, em que o conflito é inevitável, dada a diversidade de posições sociais, e que esse processo tende a radicalizar a democracia. Pensando nessas referências defendemos que mesmo havendo conflitos inerentes às relações políticas, que refletem a pluralidade das especificidades de posições sociais, há também solidariedade entre as diversas associações que compartilham esses espaços. Tal solidariedade ocorre por um mínimo comum, materializado pela consolidação de uma ordem social hierárquica. Podemos pensar a noção de solidariedade em contextos plurais, e mesmo de democracia agonística, na declaração final da Cúpula dos Povos⁶⁰, logo no início escreve-se:

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências (...) As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam

⁶⁰ Disponível em <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOCUMENTOS-FINAIS-DA-CUPULA-DOS-POVOS-NA-RIO-20-POS-JUSTI%C3%87A-SOCIAL-E-AMBIENTAL.pdf> Acesso em 13/02/16

a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico. (Cúpula dos Povos, 2012, p.2-3)

A pluralidade de atores coletivo encontra no sistema capitalista, patriarcal, racista e homofóbico globalizado, um ponto nodal para que haja convergência entre projetos políticos em diversos territórios do mundo. A solidariedade vem de uma generalidade de condições postas pelo mesmo sistema em diversas formações sociais. Essa forma de pensar chega, através da marcha, em movimentos de ação mais local, ressignificando teses e repertórios.

O FSM também é um espaço de convergência absolutamente fundamental para a articulação internacional da MMM. O Fórum “tem conseguido crescer condensando várias formas de luta em uma flecha certa no coração do sistema: o pensamento único neoliberal e sua máxima 'Não há alternativa'.” (Nobre e Faria, 2003, p. 624), nessa lógica, muitos movimentos se reúnem nesse evento contra-hegemônico, que critica a ilusão da globalização, e como as comunidades locais e frações oprimidas numa economia capitalista, ficam com o ônus desse processo.

Portanto o FSM é um espaço de convergência entre associações civis antiglobalização, críticas ao capitalismo. A MMM usa este momento para empoderar outros movimentos a cerca da política feminista, assim como faz nas conferências da ONU, mas com outro tom:

O movimento de mulheres tem sua trajetória imersa nesse contexto [de crítica a globalização, de formação do FSM]. (...) O pós-modernismo contribuiu para o desenvolvimento de uma teoria feminista centrada no discurso e nos signos. Mas como essa combinação de pensamento único neoliberal e de uma apreensão limitada da teoria pós-moderna esvaziando o poder dos sujeitos coletivos repercutiu na ação política feminista? Um dos efeitos nos parece ser uma política de resultados: investimento nas Conferências da ONU em seus eventos preparatórios e de seguimento, a demanda por políticas públicas e o empowerment das mulheres como indivíduos. A estratégia central passou a ser encontrar brechas e ‘generificar’ os espaços de poder, reivindicando o aumento na presença de mulheres e instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação como as intermináveis check list de gênero (...) Nós da Marcha Mundial das Mulheres desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos. O Fórum Social Mundial e a Rede de Movimentos Sociais que nele se criou têm sido nosso terreno privilegiado para construir análises e agendas e para exercitar novas abordagens e formas de organização.. (Nobre e Faria, 2003, p. 624)

Neste trecho, que é de um artigo escrito por duas dirigentes da MMM no Brasil analisado a relação da MMM com o FSM, notamos que a participação no FSM é parte da política de conexão da MMM, e que há a construção de uma agenda comum, que reflete

pluralidades em torno da condição posta pelo processo de globalização à diversas sociedades.

Destacamos também o papel da CUT e do PT na formação da MMM no Brasil. Não apenas por que a CUT foi a primeira entidade a apostar na MMM e a participar desde a primeira reunião em 1998, de planejamento da ação de 2000, mas por seu papel atual na MMM em todo o Brasil. Muitas dirigentes da MMM são filiadas a CUT e também ao PT.

No Paraná, as dirigentes da MMM são, hegemonicamente, militantes dessas entidades, e mais especificamente da APP-Sindicato dos Professores. Portanto, o debate transversal entre gênero e educação configura uma das especificidades da MMM no Paraná. Vamos analisar a notícia que saiu no site do CRESS-PR, no período da 3ª ação internacional em 2010:

A Ação 2010 acontecerá mundialmente de 08 a 18/03/10, sendo que no Brasil ela fará o trajeto de Campinas a São Paulo, capital, fazendo atos, debates, atividades de mobilização e conscientização acerca da situação das mulheres no mundo. Contará com a participação de mulheres da MMM de todos os Estados, sendo que o Paraná pretende comparecer no referido evento com um grande contingente de participantes, além, é claro, de também organizar um forte 8 DE MARÇO em Curitiba, como tem feito todos os anos, em conjunto com os demais movimentos de mulheres e feministas (...) Para dar cabo destas grandes tarefas postas para a Marcha Mundial das Mulheres foi reestruturada sua coordenação em nível estadual, com um novo formato, a partir de representações dos movimentos sociais e políticos, tais como: CUT, Sindicatos (SISMUC, SISMMAC, APP, outros), Movimento Negro, MST, MPA, MMC, LGBT, Associações de Moradores e demais entidades de defesa dos direitos humanos e de Mulheres, bem como de representantes dos mandatos de parlamentares ligados ao campo democrático e popular presentes na referida plenária (Lemos, Rosinha, Ver. Lirani e Ver. Professora Josete). (CRESS-PR. <http://www.cresspr.org.br/site/forum/forums/topic/marcha-mundial-das-mulheres/> Acesso em 09/05/2016)

Nessa notícia percebemos que a CUT e o PT tem espaço privilegiado na MMM, inclusive participando de sua direção estadual. Os sindicatos listados são todos ligados CUT, bem como os representantes legislativos citados são filiados ao PT. Não se fala abertamente em ligação partidária, preferindo se referenciar a isso como “ligados ao campo democrático e popular”. Tais organizações parecem, a partir desses dados, bastante comprometidas em mobilizar e construir as ações da MMM no Brasil.

A relação do PT com a MMM é, em certa medida, velada. Há uma doxa no meio dos movimentos sociais, de que os partidos disputam os movimentos para inserir nestes seus projetos políticos. Vulgarmente se fala em “aparelhamento” dos movimentos pelo partido, então, quando questionadas sobre a relação PT/MMM, as militantes tendem a dizer que não há relação, que a MMM é autônoma, apartidária, alias, aberta a todas as

mulheres independente de partido.

Há uma crença compartilhada por atores coletivos contestatórios, de que os movimentos sociais são ou devem ser autônomos, no entanto, medir essa autonomia, quando analisadas as relações no plano empírico, não nos levaria a conclusões que avançam nas análises de associativismos civis. O que se vê é uma relação quase orgânica entre PT e MMM, mediada por militantes compartilhadas, que estão em ambos os espaços.

Vamos voltar a isso no próximo tópico em que registrarei minha participação na 5ª ação internacional. Em suma, tanto PT, como CUT, e APP-Sindicato no caso do Paraná, são fundamentais para o potencial conectivo da MMM no Brasil, e isso é nosso grifo qualitativo a respeito dessa relação. Fundamentais pois, historicamente, são entidades ligadas a muitos movimentos populares, e partícipes da cidadania no Brasil, além de fazerem outras conexões, as quais não exploramos nessa pesquisa, que é com instâncias do Estado, outra interface interessante de ser investigada.

3.3 4ª ação Internacional da MMM no Vale do Ribeira – Notas de um diário de campo

Esta pesquisa num primeiro momento teria outro traçado metodológico, envolvendo entrevistas semiestruturadas para análise de trajetórias. Como no percurso muitos empecilhos foram surgindo, reordenamos nossas técnicas de investigação até chegar a este modelo que estamos desenvolvendo. No entanto, pude aproveitar dessa primeira etapa metodológica as anotações que fiz quando participei da 4ª ação internacional no Vale do Ribeira/SP em 2015, e anotações de conversas informais que tive com militantes durante a 4ª ação internacional.

A 4ª ação internacional da MMM, ocorreu em 2015, e no Brasil ela foi organizada de maneira descentralizada, portanto a ação em Registro no Vale do Ribeira reuniu mulheres da MMM de São Paulo e do Paraná. Foi a 3ª ação descentralizada da 4ª ação internacional no Brasil, antes ocorreram ações no estado de Tocantins e Minas Gerais. A ideia de descentralizar tem a ver com a maior visibilidade que proporciona, dado o tamanho do território brasileiro.

A ação em Registro gerou um manifesto, intitulado “Em defesa dos territórios e da autonomia das mulheres”⁶¹. Antes de descrever minhas percepções sobre essa ação, colocarei em tela alguns pontos importantes desse manifesto para compreendermos o

⁶¹ Disponível em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/em-defesa-dos-territorios-e-da-autonomia-das-mulheres-manifesto-do-vale-do-ribeira/> acesso em 05/11/15

que significou essa ação para o movimento feminista no Brasil:

Somos 400 mulheres vindas de São Paulo e Paraná, reunidas em Registro, no Vale do Ribeira, para compartilhar nossas alternativas feministas e antirracistas. Enquanto o capitalismo patriarcal, racista e colonialista, especialmente em momentos de crise, busca avançar sobre nossos territórios, apropriando-se do nosso trabalho e nossos corpos, nós reafirmamos as nossas resistências que se articulam em nossas comunidades, em nosso país e no mundo nesta Quarta Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (...) Frente a esta ofensiva da direita conservadora, fortalecemos nossa organização para avançar e impulsionamos alianças com os movimentos sociais. As alternativas construídas pelas mulheres na economia solidária e feminista, na agroecologia, na comunicação contra-hegemônica, nas organizações de moradoras nas periferias das cidades, se somam para fazer do bem viver uma realidade hoje para todas e todos. As alternativas feministas não são práticas isoladas, mas um processo de construção permanente, de retomar o controle sobre os nossos corpos, de enfrentar a alienação e o avanço do conservadorismo que é material e também ideológico. (Marcha Mundial das Mulheres, Manifesto em Defesa dos Territórios e da Autonomia das Mulheres, 2015)⁶²

Comparando o conteúdo destes manifestos com os relatos teóricos das fases anteriores do feminismo no Brasil, notamos um avanço na concepção do que significa a posição e condição das mulheres nas sociedades modernas, e neste caso, capitalistas e globalizadas. Interseccionada por outras demandas, a agenda da MMM converge com muitos projetos políticos libertários e críticos do sistema capitalista e suas determinações, levando à arena contestatória uma pluralidade de interesses e perspectivas, com opiniões compartilhadas.

Pude observar isso na 4ª ação internacional. A pluralidade da MMM vai da pluralidade etária do movimento, que é formado por mulheres jovens, mulheres adultas e idosas, compartilhando o mesmo espaço de ação política, vindas do campo e da cidade, trabalhadoras de vários setores produtivos, estudantes de todos os níveis, organizadas em diferentes movimentos sociais, a maioria entre os que constam em nossa rede.

Fui para a 4ª ação da MMM por intermédio de contato com as militantes de Curitiba. O ônibus que embarquei foi concedido pela APP-Sindicato, em que a maioria da direção da MMM de Curitiba também participa. Duas escolas públicas serviram como alojamento e como local das atividades da MMM.

No primeiro dia conversei com muitas militantes da Marcha, relatando minha curiosidade investigativa neste movimento. Me foi sugerido estudar a MMM em contexto nacional, mais expressivo que o local. Dos movimentos que pude perceber presença estavam: Levante Popular da Juventude, MAB, CUT, APP, Marcha das Margaridas, PLPS, MST, Marcha das Mulheres Negras. O espaço da 4ª ação também serviu de espaço para reuniões de organização da Marcha das Mulheres Negras e da Marcha das Margaridas.

⁶² Ibidem.

A primeira mesa de debate teve representantes da UNE, que também é da MMM e do PT, da União dos Moradores da Juréia e do MAB, o tema de debate foi sobre a questão do território e das demandas quilombolas, interseccionado com as demandas das mulheres. Achei interessante quando a mesa colocou a bandeira de alguns movimentos feministas pós-modernos “meu corpo, minhas regras” como problemática para o movimento feminista, pois sintetiza o que elas chamaram de “armadilha neoliberal”, na qual as mulheres são inseridas na lógica da ordem social patriarcalista e capitalista mesmo mantendo um grau de contestação e conquista de espaços na esfera pública.

Houve reunião do coletivo de comunicadoras e ensaio da batucada feminista. Neste último eu estive presente e participei das atividades. A utilização do lúdico insere com mais facilidade, em um processo de formação, temas repletos de contradições e opiniões divergentes, como o aborto e a legalização da maconha. Os batuques exigem aborto, fim da lesbofobia, paridade de responsabilidade no trabalho doméstico, criticam a Monsanto e o FMI. Batucam não apenas mulheres jovens estudantes, mas também mulheres em idades adultas variadas, camponesas, ligadas a movimentos populares. Ao meu entender essa troca é interessante, pois cada mulher tem contato com demandas específicas de outras. A batucada feminista ensaia para estar presente em ações de rua, não apenas da MMM, mas de movimentos que estão na rede, e de outros que poderiam estar. Servem para formar opinião, sensibilizar a partir do lúdico, e comunicar o empoderamento do feminismo.

Também houveram reuniões paralelas de organização e lançamento da Marcha das Mulheres Negras, que quando pesquisamos em sites e mídias sociais em geral, não encontramos nenhuma relação desta com a MMM, no entanto a MMM foi determinante não apenas pela formação do modelo de repertório de ação, mas também pela definição do projeto político num geral. As mulheres da Marcha das Mulheres Negras são, também, da MMM. A Marcha das Margaridas também divulgou suas atividades e se reuniu para organizar sua ação, as mulheres que dirigem essa marcha também são da MMM. Alias, percebemos que o modelo de “marcha” ganhou proporções maiores depois dos anos 2000, coincidentemente ou não no mesmo ano da primeira marcha das mulheres internacional e também no Brasil.

O foco nas comunidades locais do Vale do Paraíba era dado em quase todas as atividades, sendo que as problemáticas locais são explicadas num contexto global. Por exemplo, participei de uma oficina de controle dos corpos das mulheres. Nesta oficina levantamos a questão da medicalização das mulheres, como forma de manter a ordem patriarcal, e também de movimentar o mercado farmacêutico e médico. O problema é

local, as mulheres relataram sua relação com anticoncepcionais e remédios de controle psicológico, como calmantes, medicações para dormir, e tarjas pretas para depressões e stress. No entanto, não é apenas no Paraná e em São Paulo que esse existe, tampouco é só aqui que a indústria médica e farmacêutica vende seus produtos como forma de “solucionar” os “problemas de mulher”, a proporção é mundial. A conexão local e global é clara e compreendida pelo ator coletivo que é a MMM.

Houve show de rap durante a noite, criando clima de amizade e solidariedade entre as mulheres, que conversavam todo o tempo sobre a unidade masculina contra a desunião das mulheres, fato criado e reproduzido pelo patriarcalismo. A expressão “mana” não era rara, e traduz o objetivo de transformar a forma como as mulheres olham umas às outras, reforçando a solidariedade na pluralidade, o que faz surgir e fortalecer um sujeito coletivo que é o sujeito feminista, conectado internacionalmente.

De forma qualitativa e sem compromisso de comprovar o que estou colocando nesta parte específica do texto, farei uma descrição da forma como conversei com atrizes da MMM durante a ação. Em escolhas aleatórias dessas atrizes, perguntei para várias sobre a motivação em construir a MMM, e nenhuma deixou de citar um item específico: eu sou mulher. O que vinha depois disso eram especificidades, que marcam a característica plural do movimento. Ser mulher se torna o mínimo determinador comum, como vimos na voz da própria MMM, em publicação no espaço virtual⁶³, o movimento vocaliza e luta pelas mulheres, não apenas pelas feministas. No entanto a compreensão do “ser mulher” é uma construção/compreensão também teórica, cuja raiz é a segunda onda do feminismo⁶⁴.

Por conta das conversas e da observação e participação na 4ª ação internacional da MMM assumo que a construção da rede de conexões que fiz não traduz a rede da MMM de fato, é parte dela, e contém as organizações mais fundamentais para a construção do feminismo em rede. Existem inúmeras outras organizações que compõem ações políticas com a MMM. De qualquer forma, nossa rede ilustra bem o problema posto, sobre a função articuladora da MMM, cujo projeto é de conectar movimentos ao redor do mundo e em torno das condições femininas.

Portanto, percebemos com essa investigação empírica, que a MMM articula os movimentos com os quais ela mantém conexão, portanto gera conexões entre entidades que, diretamente, não teriam relações, criando assim uma rede. Essa rede, em torno das demandas femininas, não apenas canaliza suas vozes e contestações em diferentes

⁶³ <http://marchamundialdasmulheres.org.br>

⁶⁴ Marco disso é o livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*.

interfaces das relações políticas, mas também empodera as entidades conectadas a rede em relação ao feminismo.

Considerações Finais

Esta pesquisa volta-se para os estudos dos movimentos sociais, partindo do pressuposto de que Estado e Sociedade Civil possuem distinções, porém estão imbricados, numa relação de codeterminação. Poulantzas em seu célebre “O Estado, o Poder, o Socialismo” (1985) indicou que o poder político não se reduz ao Estado, e que este deve ser compreendido em sua dinâmica relacional. Estudos de teóricos gramscianos (Dagnino (1994), Coutinho (1980), Burgos (1994) também indicam que a disputa política e por hegemonia não perpassa apenas o campo político institucional, este representa a ponta da lança (a pequena política em Gramsci) das disputas dos grandes projetos políticos. Os conflitos, nessa linguagem, imprimem uma guerra de posições (Coutinho, 1980), onde os sujeitos coletivos disputam poder, de acordo com seus projetos e suas estratégias. A radicalização da democracia é um processo que pode ocorrer, estimulado por movimentos que disputam poder, e que valorizam a pluralidade de expressões de opressões, dadas as singularidades nas formações sociais.

Pensando nisso, constatamos que algumas redes de movimentos sociais servem de articuladores dessa pluralidade de posições, cujo mínimo denominador é estarem posicionados nas camadas oprimidas das hierarquias sociais, que geralmente são determinadas por classe, raça, etnia, sexo, gênero. Essas redes valorizam a solidariedade entre os agentes sociais (Scherer-Warren), mas ao nosso entendimento há também um processo de democracia agonística. Solidariedade e democracia agonística são as bases estruturantes de uma organização em rede, que pretende conectar agentes plurais, nesse caso, em torno da condição das mulheres.

Nossa conclusão teórica, antes de apresentar as empíricas, é que a MMM ilustra um processo de mundialização das lutas populares dos povos e frações oprimidas pelo sistema capitalista. É um movimento emblemático de um conceito abstrato e teórico que chamamos de radicalização da democracia. A MMM conecta vários projetos políticos, inserindo nessas relações as demandas e reivindicações das mulheres, na sua mais ampla diversidade de posições. A MMM valoriza a solidariedade entre agentes individuais e coletivos que compõe a rede, por compreender os inúmeros arranjos opressivos do sistema patriarcal capitalista, em contexto globalizado. Em detrimento dessa solidariedade há, hipoteticamente, um fator agonístico da democracia interna ao movimento, que não

pretende homogeneizar as atrizes e atores que estão envolvidos em sua construção.

Os vários projetos políticos conectados pelo projeto da MMM tem um mínimo determinador comum, que é definido pela categoria classe. Os projetos são socialistas, ou dialogam com. No entanto, o mínimo determinador comum que nos permite falar em movimento feminista, é o ser mulher. Há um conflito entre as duas condições, dada a existência não rara da condição da mulher burguesa. Porém a MMM deixa exposto publicamente que a MMM age em nome das mulheres, não apenas das feministas. O Feminismo é, nesse contexto, uma ideologia, no sentido de conjunto de ideias que guiam práticas e ações políticas.

Não queremos concluir aqui, algo que se defina como prescrições sobre o que é bom ou o que não é bom para democracia, como fizeram os autores das chamadas teorias clássicas da democracia. Como já alertou Carole Pateman “É justamente isso que se pode ver nas teorias do que se escrevem sobre a democracia participativa: uma série de prescrições específicas e planos de ação necessários para se atingir a democracia política” (Pateman, 1992, p.33). De alguma forma a radicalização da democracia que Mouffe (1999) defende como caminho ao Socialismo, traz um tom prescritivo, mas estamos tomando esse termo na condição de teoria a ser pensada uma manifestação empírica do problema da ação política de atrizes civis.

Nesse sentido estudamos a rede formada pela MMM em sua trajetória brasileira. Nossa pergunta central, que moveu essa pesquisa, foi se a MMM cumpre função articuladora entre os movimentos conectados por ela. Nossa hipótese é de que sim, a MMM não apenas conecta, mas é um movimento emblemático na história do feminismo no Brasil, em sua versão alterglobal. Respondemos essa pergunta constatando nossa hipótese a partir de uma análise de redes sociais. A partir dela visualizamos que a MMM é conectora de movimentos, e que a relação que ela estabelece com outras redes, potencializa essa função. Portanto a MMM articula movimentos feministas – e também outras associações civis – no Brasil, fazendo uma continua troca entre o local e o global.

Conectar o local ao global, e vice-versa pode representar uma forma de colonizar as lutas sociais, a partir de padrões europeus (Matos, 2010). Não sabemos ao certo como a MMM evita esse tipo de comportamento, ou então, em que medida isso acarreta fatores negativos para os movimentos. O Feminismo é europeu, nasceu na Europa, em países centrais que assumem posições dominantes na construção da civilidade ocidental. No entanto, no interior dessas sociedades, o capitalismo já hierarquizava e oprimia pessoas, e as teorias, como são o feminismo e o socialismo científico, só fazem sentido por que há esse contingente majoritário de oprimidos no modo de produção capitalista, em paralelo

com a estrutura hierárquica patriarcal. Nesse sentido, empoderar as mulheres do feminismo não nos parece um ato colonizador, desde que sejam respeitadas as singularidades das lutas das mulheres em seus contextos específicos.

Referências

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 2009.

ALVAREZ, S.E. **Um outro mundo (também feminista) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

ALVAREZ, S.E **Advogating feminism: The Latin American feminist go “Boom”**. International feminist Journal of Politics, 1;2 September 181-209 / 1999.

ARAÚJO, C. **Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil**. Estudos Feministas, periódicos ufsc, 1998.

BANDEIRA, L. MELLO, H.P **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

BURGOS, R. **As peripécias de Gramsci entre Gulliver e o pequeno polegar (um estudo entre os projetos políticos do PT e do FMLN)**. Campinas-SP/ 1994.

CERVI, E.U. HOROCHOSKI, R.R. JUNCKES, I.J. **Redes de doadores e financiamento político em 2014: distinguindo doações para candidatos, partidos e comitês financeiros nas eleições presidenciais brasileiras**. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados V.8 N.18 Set./Dez. 2015.

COUTINHO, N. C. **A Democracia Como Valor Universal. Ano 1980**.

COUTO, P.A.J. **Mulheres e política: Percepção e atuação das vereadoras de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

CYFER, I . **Liberalismo e Feminismo: Igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p. 135-146, jun. 2010.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. Do livro: Anos 90 - Política e sociedade no Brasil, org. Evelina Dagnino, Ed. Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. Caracas, FACES, Universidad de Venezuela, 2004a.

DAGNINO, E . **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa**. Política & Sociedade, nº 5 , outubro/2004b.

FLEISCHER, S.R. TORNQUIST, C.M. **Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

GONH, M.G. **Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de**

responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais.

Ciências Sociais Unisinos, jan/ abril -2010

GOHN, M.G. **Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo.** SBS, 2011.

LAVALLE, A.G. SZWAKO, J. **Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015.

LEITE, J.C. JOSÉ, E. **Entrevista com Carlos Nelson Coutinho.** publicado em "Teoria e Debate" em Junho de 2002.

LUCENA, M.B.N. **Os debates do movimento feminista: do movimento sufragista ao feminismo multicultural.** Anais do 17º encontro nacional da rede feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre a mulher e gênero – REDOR- João Pessoa/PB, 2012.

LÜCHMANN, L.H.H. ALMEIDA, C.C.R. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2010.

LÜCHMANN, L.H.H. **Abordagens teóricas sobre associativismo e seus efeitos democráticos.** RBCS vol.29 nº 85, 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Cadernos da Marcha Mundial das Mulheres.** São Paulo/2008.

MARTELETO, R.M. **Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação.** Ci. Inf., Brasília, 2001.

MATOS, M. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p. 67-92, jun. 2010.

MIGUEL, L. F. **Teoria política feminista e liberalismo: O caso das cotas de representação.** RBCS Vol. 15 nº 44 outubro/2000.

MOND, N. **Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos.** Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

MORAES, M.L.Q. **Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias.** Estud. sociol., Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012.

NOBRE, M. FARIA, N. **Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial .** Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática .** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PINTO, C.R.J. **Paradoxo da participação política da mulher no Brasil.** REVISTA USP,

São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PINTO, C.R.J. **Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa.** Ano 2, 256, 2º semestre /94.

PINTO, C.R.J. **Feminismo, História e Poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

POULANTZAS, N. **“O Estado, o poder, o Socialismo”.** 2º ed -1985.

RIBEIRO, P.F **Changing for victory (and government): understanding the transformation of the workers' party via an organizational approach, 1980-2010.** Latin American Centre, University of Oxford, 27th January / 2012.

RIDENTI, M. **O Fantasma da revolução brasileira 2.ed.rev.e ampliada.** São Paulo, ed UNESP, 2010.

RODRIGUES, A. **As relações do Movimento de Mulheres e os desafios das Secretarias/Núcleos de mulheres de partidos políticos.** CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Político,janeiro/2011.

SANTOS, V.M.S. **Associativismo Civil Contemporâneo: Compromisso com qual projeto societário?** Revista Eletrônica Arma da Crítica, nº5, 2014.

SEN, G. **Reprodução: o Desafio Feminista para uma Política Social.** PHYSIS: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro/1996.

SILVA, F.C.T **Transição política, democracia e crise: esboço de uma historia comparada das instituições politicas na America do Sul(1980-2005).** *Democracia e Ditadura no Brasil*, Francisco Carlos Polomanes Martinho, Rio de Janeiro, 2006.

SOF, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. (CAREGATTI, A. LOPES, B. PROVAZI, B. NOBRE, M. FARIA, M. MORENO, R.). **Feminismo em marcha para mudar o mundo: Trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento.** São Paulo/ 2015.

SOF, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA.(MARCELINO, M.F. FARIA, N. MORENO, T. **Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres.** São Paulo, Dezembro/ 2014.

SOF, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA.(FARIA, N. NOBRE, M. COELHO, S. MARCELINO, M.F) **Para entender a economia feminista e colocar a logica da vida em primeiro lugar.** São Paulo / 2014.

SOF, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA.(MORENO, R. LOPES, B. MARQUES, L. FARIA, N. PELATITIERI, VIUDES, T). **Perspectivas femiinistas para a igualdade e autonomia das muheres.** São Paulo/ 2012.

STROMQUIST, N.P. **Políticas públicas de Estado e eqüidade de gênero.** Revista Brasileira de Educação; 1996.

TAVARES, M. BENTO, A. MAGALHÃES, M.J. **Feminismo e Movimentos Sociais em tempo de Globalização: o caso da MMM.** Anais do VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, setembro/2004.

THAYER, M. **Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão.** Estudos Feministas ,Ano 1/2001.

WARREN, I.S. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

WARREN, I.S. **Redes de movimentos sociais.** Loyola, São Paulo, 5º ed., 2011.

WARREN, I.S. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Caderno CRH, Salvador, V 21, nº 54, Set/ Dez 2008.

WARREN, I.S. **Redes de Movimentos Sociais no Mundo Multicultural.** Katálysis, V8, nº1 Florianópolis SC, jan/jun, 2005.

YOUNG, I.M. **Representação política, identidade e minorias.** Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate.** UFSC Florianópolis,2007.

ANEXOS

Quadro Matriz 1

Clivagens da MMM – Nacional e Local (Paraná/Curitiba): Caracterização das associações									
Movimento/Coletivo	Sigla	Tipo associativismo	Área de atuação por categoria	Área de atuação por função	Projeto Político	Local de Origem	Coordenadas Geográficas	Ano de surgimento	
Marcha das Margaridas	Marcha das Margaridas	Movimento Social	Gênero e classe	Mobilizar mulheres do campo e das florestas	Democrático Participativo e Feminismo Socialista	Brasília/DF	Latitude: 15.7797200 Longitude: 47.9297200	2000	
Marcha das Mulheres Negras	Marcha das Mulheres Negras	Movimento Social	Gênero e raça	Mobilizar mulheres negras	Democrático Participativo e Descolonização do Feminismo	Brasília/DF	Latitude: 15.7797200 Longitude: 47.9297200	2015	
Fórum Social Mundial	FSM	Fórum / Movimento Social	Articuladora	Articular setores da sociedade civil global	Democrático Participativo	Porto Alegre/RS	Latitude: 30.0330600 Longitude: 51.2300000	2001	
Central Única dos Trabalhadores	CUT	Central Sindical	Classe	Organizar, representar sindicalmente e dirigir lutas de trabalhadores (as)	Democrático Participativo	São Bernardo do Campo/SP	Latitude: 23.6938900 Longitude: 46.5650000	1983	
Batucada Feminista/Fuzarca Feminista	Batucada Feminista	Movimento Social	Gênero	Proporcionar visibilidade (agitação e propaganda) da MMM	Feminismo Socialista	No FSM Porto Alegre/RS (com as mulheres da MMM do RN)	Latitude: 30.0330600 Longitude: 51.2300000	2003	
Coletivo de Comunicadoras	Coletivo de Comunicadoras	Movimento Social	Gênero	Multiplicar a comunicação da MMM	Feminismo Socialista	No 9º encontro internacional da MMM São Paulo/SP	Latitude: 23.5475000 Longitude: 46.6361100	2013	
Sempre Viva Organização Feminista	SOF	ONG	Gênero	Prestar Assessoria e Formação Feminista	Feminismo Socialista	São Paulo/SP	Latitude: 23.5475000 Longitude: 46.6361100	1980	
Promotoras Legais Populares	PLPS	Movimento Social	Gênero	Assessoria jurídica para mulheres	Amparo Jurídico e Defesa de Direitos	São Paulo/SP	Latitude: 23.5475000 Longitude: 46.6361100	1993	
Frente Brasil Popular	Frente Brasil Popular	Movimento Social	Articuladora	Articular setores populares contra o conservadorismo e golpismo	Democrático Participativo	Belo Horizonte/MG	Latitude: 19.9208300 Longitude: 43.9377800	2015	
APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná	APP – Sindicato	Sindicato	Classe	Organizar e representar sindicalmente, os/as trabalhadores/as da educação no Paraná	Democrático Participativo, Anticapitalista e Antilperialista	Londrina/PR	Latitude: 23.3102800 Longitude: 51.1627800	1989	
Partido dos Trabalhadores	PT	Partido Político	Política Institucional	Organização de representação no campo político institucional	Socialismo Democrático	São Paulo/SP	Latitude: 23.5475000 Longitude: 46.6361100	1980	
Organização das Nações Unidas	ONU	verificar	Articuladora	Articular Nações com base na paz e no desenvolvimento	Liberal	São Francisco/Califórnia/EUA	Latitude: 37.7749300 Longitude: 122.4194200	1945	
Movimento Sem Terra	MST	Movimento Social	Classe	Mobilizar trabalhadores do campo	Reforma Agrária e Socialismo	Cascavel/PR	Latitude: 24.9558300 Longitude: 53.4552800	1984	
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura	CONTAG	Confederação	Classe	Articular instâncias representativas de trabalhadores do campo e das florestas	Democrático Participativo	Núcleo Bandeirantes/DF	Latitude: 15.7797200 Longitude: 47.9297200	1963	
Movimento dos Atingidos por Barragens	MAB	Movimento Social	Território	Mobilização de pessoas atingidas por obras de empresas de geração de energia	Democrático Participativo e Socialista	RS e SC		Final década de 1970	da
Rede Latino-americana de mulheres transformando a economia	REMTE	Movimento Social	Economia Solidária	Mobilizar feministas em torno da economia feminista	Feminismo Socialista	Sem local específico / América Latina		1997	
Via Campesina	Via Campesina	Movimento Social	Classe	Articular e Mobilizar camponeses em escala global	Democrático Participativo e Socialista	Mons/ Bélgica	Latitude: 50.4541300 Longitude: 3.9522900	1993	
Amigos da terra Internacional	FOEI	ONG	Classe	Desenvolver programas e ações reivindicatórias	Democrático Participativo	Porto Alegre/RS	Latitude: 30.0330600 Longitude: 51.2300000	No Brasil desde 1989	
Consulta Popular Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto	Consulta Popular	Partido Político	Classe	Constituir um Partido contra-hegemônico	Socialista	Brasília/ DF	Latitude: 15.7797200 Longitude: - 47.9297200	1997	
Buteco das Minas	Buteco das Minas	Movimento Social	Gênero	Mobilizar mulheres na luta pelo aborto	Democrático Participativo – Feminista	Brasil, não especificado		2008	
Cúpula dos Povos	Cúpula dos Povos	Evento paralelo a Rio+20	Articuladora	Promover formação e fortalecimento de identidades	Feminismo Socialista	São Paulo/SP	Latitude: - 23.5475000 Longitude: - 46.6361100	2012	
Centro Feminista 8 de março	Centro Feminista 8 de março	ONG	Gênero	Organizar as feministas e promover formação	Feminismo Socialista	Mossoró /RN	Latitude: 22.9027800 Longitude: - 43.2075000	2012	
							Latitude: - 5.1875000 Longitude: - 37.3441700	1993	

Quadro Matriz 2

Clivagens da MMM – Nacional e Local (Paraná/Curitiba) – Tipos de Relação				
Movimento/ Coletivo	MMM	Tipo de Relação	Força da Relação	Breve descrição da relação
Marcha das Margaridas	MMM	orgânica	3	Ação proposta pela CONTAG, para adesão a MMM.
Marcha das Mulheres Negras	MMM	parceria	2	Construção conjunta da marcha.
Fórum Social Mundial	MMM	espaço de convergência	3	Espaço de construção e articulação com outros movimentos sociais. Estratégia similar, movimento alterglobal.
Central Única dos Trabalhadores	MMM	parceira	2	1º contato da MMM no Brasil. Constroem a Marcha, militantes em comum. Participou da fundação da MMM no BR.
Batucada Feminista/ Fuzarca Feminista	MMM	orgânica	3	Instrumento Político de expressão da luta da MMM. Núcleo Jovem da MMM.
Coletivo de Comunicadoras	MMM	orgânica	3	No interior da MMM. São "multiplicadoras do processo comunicativo" da MMM.
Sempre Viva Organização Feminista SOF	MMM	orgânica	3	Dentro da MMM ocupa a secretaria executiva. Mas também é uma ONG
Promotoras Legais Populares	MMM	parceira	1	Organização parceira. Militantes em comum.
Frente Brasil Popular	MMM	espaço de convergência	1	Frente articuladora que a MMM participa e constrói
APP-Sindicato	MMM	espaço de convergência	2	Organização parceira. Militantes em comum.
Partido dos Trabalhadores PT	MMM	parceira	2	Parceria não declarada, no entanto é o partido majoritário dentro da MMM. Participou da fundação da MMM no BR.
Organização das Nações Unidas ONU	MMM	espaço de convergência	2	Organização a qual a MMM direciona demandas globais das mulheres.
Movimento Sem Terra MST	MMM	parceira	2	Organização parceira, vínculo através da Marcha das Margaridas e da CONTAG.
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura CONTAG	MMM	parceira	2	Organização parceira, constrói a marcha das margaridas. Participou da fundação da MMM no BR.
Movimento dos Atingidos Por Barragens MAB	MMM	parceira	2	Organização parceira, constrói as ações internacionais. Militantes em comum.
Rede Latino americana de mulheres transformando a economia REMTE	MMM	espaço de convergência	2	Constrói a MMM desde o início, organização parceira.
Via Campesina	MMM	parceira	2	Organização parceira, construção de agendas conjuntas
Amigos da terra internacional	MMM	parceira	2	Organização parceira, constrói as ações internacionais. Militantes em comum.
Consulta Popular	MMM	parceira	2	Organização parceira, compartilha estratégias políticas. Constrói a MMM. Militantes em comum.
Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto	MMM	parceira	2	Organização parceira, construção de ações conjuntas, apoio vocalizado
Buteco das Minas	MMM	orgânica	3	Instrumento Político da MMM. Realiza transmissões de vídeo pelo Twitter
Cúpula dos Povos	MMM	espaço de convergência	1	Espaço de participação e articulação da MMM
Centro Feminista 8 de março	MMM	orgânica	3	Assessoria e coordenação da e para a MMM

Fotos da 4ª Ação Internacional





